



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE LETRAS E LINGUÍSTICA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS

CURSO DE MESTRADO



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE UBERLÂNDIA

CLAUDIA SOARES DA SILVA BRAGA

**A CONSTITUIÇÃO DISCURSIVO-HOMOFÓBICA DA INSTÂNCIA-SUJEITO
MARCO FELICIANO**

UBERLÂNDIA/MG

OUTUBRO/2016

CLAUDIA SOARES DA SILVA BRAGA

**A CONSTITUIÇÃO DISCURSIVO-HOMOFÓBICA DA INSTÂNCIA-SUJEITO
MARCO FELICIANO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, do Instituto de Letras e Linguística, da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos.

Área de concentração: Estudos em Linguística e Linguística Aplicada - Mestrado

Linha de Pesquisa: Linguagem, texto e discurso

Orientador: Prof. Dr. João Bôsco Cabral dos Santos

**UBERLÂNDIA/MG
OUTUBRO/2016**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

- B813c Braga, Cláudia Soares da Silva, 1983-
2016 A constituição discursivo-homofóbica da instância-sujeito Marco
Feliciano / Cláudia Soares da Silva Braga. - 2016.
86 f. : il.
- Orientador: João Bôsco Cabral dos Santos.
Dissertação (mestrado) -- Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos.
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2017.12>
Inclui bibliografia.
1. Linguística - Teses. 2. Análise do discurso - Teses. 3. Homofobia
- Teses. 4. Feliciano, Marco, 1972- - Teses. I. Santos, João Bôsco Cabral
dos. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-
Graduação em Estudos Linguísticos. III. Título.

CDU: 801

Claudia Soares da Silva Braga

**A CONSTITUIÇÃO DISCURSIVO-HOMOFÓBICA DA
INSTÂNCIA-SUJEITO MARCO FELICIANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos – Cursos de Mestrado e Doutorado, do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestrado em Estudos Linguísticos.

Área de concentração: Estudos em Linguística e Linguística Aplicada.

Linha de Pesquisa: (ii) Linguagem, texto e discurso.

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Maria de Fátima Fonseca Guilherme de Castro – ILEEL/UFU

Prof^a. Dr. Fábio Figueiredo Camargo – ILEEL/UFU

Prof. Dr. João Bosco Cabral dos Santos – ILEEL/UFU

Orientador

A

Mateus e João Pedro

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me permitir viver, durante dois anos, num profundo inferno intelectual para conhecer e saber discernir o certo do errado, o bom do mal, o sujo do limpo, o falso do correto, o lobo do cordeiro, e, principalmente, o céu do inferno;

Aos meus pais, Valdir e Araci, porto seguro da minha vida. Obrigada principalmente a minha mãe por ter sido minha âncora;

Aos meus filhos e ao meu esposo Jean por terem suportado as minhas ausências;

As minhas irmãs e sobrinhos pela confiança em meu propósito;

Ao meu professor e orientador João Bôsco, pela extrema paciência, pelo cuidado e por todos os direcionamentos, meus eternos agradecimentos;

Aos professores Dndo. Thyago França, Dra. Cristiane Carvalho de Paula Brito e Dra. Maria de Fátima Fonseca Guilherme, pelas contribuições na minha Banca de Qualificação;

A minha amiga Cláudia Adriana, pela amizade, pelo companheirismo, pela força, por ter se aventurado nessa empreitada comigo desde o início;

A minha amiga Bruna Brenda pela paciência de sempre;

A minha amiga Mariane pelas palavras de conforto;

Aos colegas Thyago e Nathália pelos imensos favores e direcionamentos;

De modo especial, à Ana Cristina, pela disponibilidade, atenção e apoio.

RESUMO

Esta pesquisa, intitulada “A constituição discursivo-homofóbica da instância-sujeito Marco Feliciano”, fundamenta-se na teoria da Análise do Discurso Francesa, nos pressupostos teóricos de Pêcheux. Intenta-se desvelar a constituição discursivo-homofóbica da instância-sujeito Marco Feliciano, buscando estabelecer as relações de tensão que permeiam seus dizeres com o propósito de revelar sua constituição sujeitudinal. A metodologia, qualitativa, analítico-descritiva de caráter interpretativista, tem como base as duas instâncias analíticas dispostas por Santos (2004), a macroinstância, que coloca o discurso em uma conjuntura enunciativa, e a microinstância, que evidencia as potencialidades significativas dos sentidos nas enunciações recortadas. Projeta-se responder como o sujeito, concebido enquanto uma instância enunciativa sujeitudinal (IES), conforme extensão teórica de Santos (2009), constrói e desconstrói os seus dizeres, que estão em constante movência, de acordo com os lugares sociais e discursivos que ocupa. Em relação à base teórica, utilizaram-se os pressupostos teóricos de Michel Pêcheux, como as noções de sujeito e sentido, discurso, formação discursiva, formação ideológica, formações imaginárias e interdiscurso para analisar o *corpus* que é constituído da transcrição de vídeos da instância-sujeito Marco Feliciano que estão no site *YouTube*, além de uma entrevista concedida à Revista Playboy (abril de 2014), pela instância-sujeito Marco Feliciano. Em relação às materialidades discursivas, foram retiradas sequências discursivas que revelam as inscrições homofóbicas da instância-sujeito em questão. A investigação proposta esclarece como a denegação é fundamental para a constituição discursivo-homofóbica da instância-sujeito Marco Feliciano.

Palavras-chave: Análise do Discurso; Homofobia; Marco Feliciano.

RESUMEN

Esta pesquisa, que lleva el título “La constitución discursivo-homofóbica de la instancia sujeto Marco Feliciano”, se fundamenta en la teoría del Análisis del Discurso Francesa, en los presupuestos teóricos de Pêcheux. Intenta desvelar la constitución discursivo-homofóbica de la instancia sujeto Marco Feliciano, buscando establecer las relaciones de tensión que permean sus decires con el propósito de revelar su constitución sujetudinal. La metodología, cualitativa, analítico-descriptiva de carácter interpretativo, tiene como base las dos instancias analíticas propuestas por Santos (2004), la macro instancia, que pone el discurso en una conjuntara enunciativa, y la micro instancia, que evidencia las potencialidades significativas de los sentidos en las enunciaciones. Se proyecta contestar como el sujeto, concebido como una instancia enunciativa sujetudinal (IES), conforme Santos (2009), construye sus decires, que están en movedad. Se utilizó las nociones de sujeto y sentido, discurso, formación discursiva, formación ideológica, formaciones imaginarias y interdiscurso para analizar el corpus que es constituido da la transcripción de videos da instancia sujeto Marco Feliciano que está no site YouTube, además de una entrevista concedida a Playboy (abril de 2014). En relación a las materialidades discursivas, retiramos secuencias discursivas que revelan las inscripciones homofóbicas de la instancia sujeto Marco Feliciano en cuestión. La investigación propuesta esclarece que la denegación es fundamental para la constitución discursivo homofóbica de la instancia sujeto Marco Feliciano.

Palabras Llave: Análisis del Discurso; Homofobia; Marco Feliciano; Interdiscurso.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I. A CONSTITUIÇÃO DA INSTÂNCIA-SUJEITO DOS (NOS) DISCURSOS	23
1.1 O conceito de sujeito na Análise do Discurso de Francesa.....	23
1.2. Instância Enunciativa Sujeitudinal – IES	30
1.3 Discurso, Interdiscurso e Intradiscurso..	33
1.4 As Formações Imaginárias, Ideológicas e Discursivas.... ..	40
CAPÍTULO II. A CONSTITUIÇÃO DISCURSIVO-HOMOFÓBICA DA INSTÂNCIA-SUJEITO MARCO FELICIANO.....	46
2.1 <i>Corpus</i>	46
2.2 Metodologia	48
CAPÍTULO III. ANÁLISE DO CORPUS DA IES MARCO FELICIANO	50
3.1 A incursão dos(nos) discursos.....	50
A) Transcrição Vídeo I	50
B) SDs da Revista Playboy	53
C) Transcrição Vídeo II	61
3.2. Considerações acerca das SDs	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
REFERÊNCIAS	69
ANEXOS	72

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Quadro ilustrativo das formações imaginárias	41
Figura 2 – <i>Cartoon</i>	65
Figura 3 - Constituição discursivo-homofóbica da instância-sujeito Marco Feliciano	66

LISTA DE SIGLAS

ADF - Análise do Discurso de linha francesa

CDHM – Comissão dos Direitos Humanos e Minorias

FD - Formação Discursiva

IES – Instância Enunciativa Sujeitudinal

SD – Sequência Discursiva

INTRODUÇÃO

O presente trabalho compõe a dissertação final da pesquisa intitulada “A constituição discursivo-homofóbica da instância-sujeito Marco Feliciano”, realizada no curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia.

Para a realização desta investigação, tomamos os pressupostos teóricos da Análise do Discurso de linha francesa (ADF), porque essa teoria é a que consegue abarcar o campo discursivo da movência, opacidade e deslocamentos de sentidos que, para nós, tornam-se essenciais para analisar os dizeres da instância-sujeito Marco Feliciano.

A motivação para pesquisar o discurso homofóbico surgiu do lugar teórico em que inscrivíamos enquanto pesquisadora do presente trabalho, que é o das ciências das humanidades. A interpelação surgiu da sala de aula (ensino fundamental e médio), porque, no decorrer de docência, encontramos diversos alunos que “escondiam/camuflavam” a sua opção sexual por temor do julgamento da escola/sociedade. A maioria dos alunos homoafetivos carregava consigo um medo de falar a respeito de sua opção sexual, com receio de represálias dentro das instituições de ensino. Para compreender esse medo dos alunos em tratar desse assunto, surgiu a necessidade de investigar como o discurso homofóbico é tratado pela sociedade e, para tal, resolvemos pesquisar o sujeito pastor/deputado Marco Feliciano.

Diante disso, tornou-se necessário refletir sobre o discurso homofóbico que existe na sociedade brasileira, um discurso, muitas vezes, velado, através de risos e olhares distorcidos para os homoafetivos, e, outras vezes, de forma explícita, com ataques verbais e físicos, que muitas vezes levam à morte. Borrillo (2015) ainda ressalta que

a homofobia é um fenômeno complexo e variado que pode ser percebido nas piadas vulgares que ridicularizam o indivíduo afeminado, mas ela pode também assumir formas mais brutais, chegando até a vontade de extermínio, como foi o caso na Alemanha Nazista (BORILLO, 2015, p. 16).

Nessa mesma direção, falar sobre a homofobia em pleno século XXI é dar voz aos alunos e às pessoas de modo geral que sofrem com esse tipo de preconceito tão recorrente na sociedade brasileira. Assim, esse estudo tem o objetivo de prestar sua contribuição à reflexão sobre a homofobia nos diversos meios da sociedade: acadêmica, religiosa e política, ou seja, buscará conscientizar, diminuir, e eliminar preconceito presente nas ações de pessoas que por falta de conhecimento sobre o assunto enraíza e dissemina a violência contra o homoafetivo. É preciso discutir e trazer à tona todas as questões referentes ao preconceito para que as

pessoas possam ter informação e saber seu real significado, entendendo que esse preconceito é maléfico em todas as instâncias da sociedade e se reproduz principalmente pela falta de conhecimento, desta forma faz-se necessário como nos diz Borillo,

compreender o funcionamento da homofobia, sobretudo quando é evidente que o preconceito não só reside nos indivíduos, mas também se articula na cultura e nas instituições, é fundamental para aprimorar as formas de enfrentamento e desconstrução de suas práticas violentas e silenciosas (BORILLO, 2015, p. 9).

Diante dessa interpelação, escolhemos, então, como objeto de análise, o sujeito Marco Feliciano, porque seus dizeres são imbuídos de preconceito contra os homoafetivos, contra as mulheres, contra os negros, ou seja, contra as minorias. Podemos observar esse preconceito nos dizeres proferidos, em junho de 2012, pelo sujeito em questão:

quando você estimula uma mulher a ter os mesmos direitos do homem, ela querendo trabalhar, a sua parcela como mãe, começa a ficar anulada, e, para que ela não seja mãe, só há uma maneira que se conhece: ou ela não se casa, ou mantém um casamento, um relacionamento com uma pessoa do mesmo sexo, e que vão gozar dos prazeres de uma união e não vão ter filhos. Eu vejo de uma maneira utilitária a família; quando você estimula as pessoas a liberarem os seus instintos e conviverem com pessoas do mesmo sexo, você destrói a família, cria-se uma sociedade onde só tem homossexuais, você vê que essa sociedade tende a desaparecer porque ela não gera filhos (MARCO FELICIANO, 2012, In: VITAL, 2012, p. 155).

Nos dizeres acima, há o preconceito sobre o termo mulher, porque, nos dizeres do sujeito Marco Feliciano, toda mulher deve ser mãe, e, quando a mulher decide trabalhar, ela não poderá exercer o papel materno de forma eficiente. Notadamente, há um pensamento retrógrado em relação à mulher e ao mercado de trabalho, percebido no trecho “ela querendo trabalhar, a sua parcela como mãe fica anulada”. Outra forma de preconceito é dizer que, se a mulher tiver um relacionamento com uma pessoa do mesmo sexo, não poderá ter filhos. Então, com esses dizeres, Marco Feliciano consegue atingir dois eixos da sociedade: mulheres e homoafetivos.

Ademais, há também em seus dizeres o preconceito contra os negros¹, pois ele acredita que há uma maldição sobre o continente africano. Tal constatação parte do comentário que o sujeito Marco Feliciano fez em sua conta no *Twitter* e que causou repercussão nacional, e, por isso, ele é acusado de incitar a discriminação e o preconceito.

¹ <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2013/04/marco-feliciano-africanos-amaldiçoados.html> (Acesso em dez. de 2015).

Por isso, nada mais justo do que escolher uma instância-sujeito que revela em seus dizeres o preconceito velado que existe na sociedade brasileira da atualidade. Para esclarecer o objeto de estudo desta pesquisa, faremos uma contextualização das condições de produção em que ele se inscreve.

Objeto de estudo

Marco Antônio Feliciano nasceu em Orlândia, no dia 12 de outubro de 1972. É casado e tem três filhas. De acordo com a sua biografia², ele é de origem humilde, e começou a fazer pregações na Assembleia de Deus com 19 anos. Logo depois, devido à sua *astúcia*, conseguiu fazer pregações nos Gideões Missionários, mesmo sem a consagração de pastor. Ainda, segundo a sua biografia, é empresário, autor de 18 livros (como *Ouse Sonhar* (Ed. Thomas Nelson), *Tempo de Avivamento* (Ed. Missão Vida) dentre outros) e produtor de DVDs com mensagens de autoajuda.

A partir de então, começa a constituição de Marco Feliciano como instância-sujeito politicamente marcada pela pretensão de se tornar uma figura reconhecida nacionalmente. Para isso, ele se transforma em um pastor-deputado (PSC/SP). O sujeito pastor, que era conhecido apenas em seu reduto evangélico, utilizou-se dessa popularidade como pastor para eleger-se deputado, e aí então começar sua saga pela popularidade.

Para compreender a anterioridade discursivo-religiosa da instância-sujeito pesquisada, contextualizamos a seguir as bases das quais ela faz parte.

Religião

O sujeito Marco Feliciano preside a “Assembleia de Deus Catedral do Avivamento”, igreja criada em 2008, associada à Assembleia de Deus³ e que possui sede em Orlândia (SP) e quatorze filiais. A igreja em questão faz parte do “Neopentecostalismo” e é vinculada à Assembleia de Deus cuja doutrina é a “Teologia da Prosperidade”, ou seja, a prosperidade

² https://pt.wikipedia.org/wiki/Marco_Feliciano (Acesso em nov. 2015)

³ “A origem das Assembleias de Deus no Brasil está no fogo do reavivamento que varreu o mundo por volta de 1900, início do Século XX, especialmente na América do Norte. Os participantes desse reavivamento foram cheios do Espírito Santo da mesma forma que os discípulos e os seguidores de Jesus durante a Festa Judaica do Pentecostes, no início da Igreja Primitiva, conforme está escrito em Atos 2. Assim, eles foram chamados de “pentecostais”. Exatamente como os crentes que estavam no Cenáculo, os precursores do reavivamento do Século XX falaram em outras línguas que não as suas originais quando receberam o batismo no Espírito Santo. Outras manifestações sobrenaturais tais como profecia, interpretação de línguas, conversões e curas também

financeira é o desejo de Deus para os cristãos na terra. Por isso, todos os cristãos devem obter essa prosperidade, já que é o desejo de Deus. A seguir, procedemos a um breve relato sobre o percurso dessa Igreja, para esclarecer como essa religião enraizou-se no Brasil.

A religião pentecostal⁴ se implantou no Brasil em 1910 e, em 1970, com a “Terceira Onda ou Neopentecostal”, consolidou-se. De acordo com Bovkalovski (2002, p. 88), “com o uso intenso da mídia eletrônica (que também é denominada televangelismo), esse período se caracteriza pela consolidação do pentecostalismo como força social e política”. Por via de programas da igreja exibidos pela televisão, a religião pentecostal ganhou adeptos e, por isso, consolidou-se no país.

O pentecostalismo, segundo Galindo, é visto

[...] como da “religião dos pobres”. Com isso alude-se não só às pessoas que o iniciaram, mas também ao fato de que entre os pobres a fé cristã costuma ser entendida e vivida de maneira diferente das classes acomodadas. [...] Isso leva a uma religião que dá pouca importância ao fator intelectual e muita ao emocional, aos sentimentos. [...] O pentecostalismo globalmente representa esse tipo de cristianismo desinteressado da doutrina e centrado no emocional, na vivência do sobrenatural. Por isso são tão importantes, nele, os milagres, os sinais como o falar em línguas (glossolalia), as curas, os exorcismos. (GALINDO, 1995, p. 190-191) (grifo do autor).

Dessa forma, podemos inferir que o pentecostalismo surgiu para tentar suprir as lacunas deixadas pela Igreja Católica, ou seja, ele abarcou todos os fiéis que se sentiam/sentem menosprezados pela Igreja Católica Apostólica Romana, visto que a maioria das sedes da Igreja Católica ainda preza a missa como uma perpetuação dos valores da catequese, em detrimento do acolhimento⁵ às pessoas.

Dentro da igreja pentecostal, conforme Bovkalovski (2002), existe uma doutrina chamada “Teologia da Prosperidade” ou “Confissão Positiva” que se originou nos Estados Unidos na década de 1940 e foi reconhecida como doutrina em 1970. Essa doutrina pregava a valorização do indivíduo e oferecia a prosperidade mediante confissão em voz alta (em Nome de Jesus). O cristão devia acreditar que tinha direito à prosperidade, a tudo aquilo que de

aconteceram”. – (Disponível em: <<http://www.editoracpad.com.br/assembleia/historia.php?i=2#sthash.y38U71a6.dpuf>> Acesso em março de 2016).

⁴ As Igrejas Pentecostais no Brasil são: a Assembleia de Deus, a Igreja Universal do Reino de Deus e a do Evangelho Quadrangular.

⁵ O acolhimento faz parte de uma ramificação da Igreja Católica denominada “Renovação Carismática Católica - RCC” – derivada do movimento carismático da igreja episcopal protestante - que busca uma nova forma de evangelizar. Busca renovar práticas tradicionais dos ritos e da mística da Igreja Católica Tradicional. Essa nova forma busca valorizar o fiel, então, as pregações são feitas através de cantos que aproximam o padre da comunidade, além da fala de línguas como forma de adoração ao Senhor. (Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Renova%C3%A7%C3%A3o_Carism%C3%A1tica_Cat%C3%B3lica> Acesso em março de 2016).

melhor a vida tem a oferecer, porém, em troca, em momento algum, ele poderia duvidar desta bênção, sob pena de perdê-la e ficar sob o domínio do Diabo.

O sujeito Marco Feliciano se utiliza dessa doutrina para convencer os fiéis sobre a veracidade dela e, a partir disso, poder angariar fundos para sua igreja. A análise dos dizeres do pastor, na transcrição⁶ a seguir, mostra como ele procede.

“Entenda aqui. A maioria das pessoas que estão com a conta no vermelho, não estão porque ofertaram, não estão porque abençoaram a Igreja com o dízimo, [mas] porque compraram coisas para si. Se você teve coragem de fazer por si, imagine fazer pelo reino. Converse com o pessoal, ou faça um depósito”. (Marco Feliciano) (sic)

Esse excerto deixa claro o valor e a força do discurso que desnuda as bases da Teologia da Prosperidade colocada em prática. A ideologia (da prosperidade), e a identidade religiosa emergem nos dizeres do pastor por meio da interdiscursividade que revela vozes (dos familiares, dos professores nos cursos e autores das leituras que fez, e, naturalmente, a Bíblia etc), entrecruzando seus dizeres e o que lhe ensinaram acerca de como agir para arrecadar fundos: tirar dos fiéis (“Converse com o pessoal, ou faça um depósito”). Ao mesmo tempo, o não-dito em seu discurso é: fiel que não doa para a igreja se desequilibrará financeiramente. Assim, o enunciador tenta exercer influência, inculca seus valores e utiliza a denegação (não, conta no vermelho etc.) para camuflar o não-dito.

Percebemos, então, que na citação acima surgem significados que se instauram nos dizeres da instância-sujeito Marco Feliciano: a personagem religiosa e a astúcia da aparência, que esconde a personagem empresário-capitalista. Por conseguinte, a exteriorização da personagem capitalista do enunciador desvelou o interdiscurso que a reveste, revelando, assim, uma das suas inscrições discursivas. Por isso, o interdiscurso revelado é o discurso capitalista: amealhar riqueza por via de doações.

E para vislumbrar a instância-sujeito pesquisada, conforme proposto, seguimos com a explanação sobre a bancada evangélica.

⁶ Transcrição feita a partir do vídeo veiculado na internet. PASTOR Marco Feliciano pede senha do cartão de crédito de fiel. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=rs5BjMxTmMM>>. Acesso em 09 dez. 2014.

Bancada Evangélica

Sabemos que, apesar de o Brasil ser considerado um país laico, as religiões sempre interferiram nas instituições e no governo. Notadamente, a comunidade evangélica, desde a década de 1970, ganha força na política, graças à eleição de vários de seus membros. Por isso, para eles, é de suma importância eleger sempre o maior número de candidatos evangélicos possível.

Diante desta realidade, em 1986, surgiu a “Bancada Evangélica”, com trinta e três deputados na Assembleia Constituinte no Brasil. Desde então, essa bancada vem ganhando força na Câmara dos Deputados e, em 2015, agrupa mais de 90 parlamentares, de acordo com a Frente Parlamentar Evangélica (FPE), chefiada pelo deputado e pastor João Campos (PSDB/GO).

Devido ao grande número de parlamentares evangélicos, o plenário da Câmara dos Deputados vem passando por mudanças, como relata Dip (2015):

[...] homens de terno e mulheres de saia com a Bíblia na mão vão enchendo o auditório. Alguém regula o som do violão e dos microfones. A música que celebra "júbilo ao Senhor" estoura nos alto-falantes, e a audiência canta junto. Em um púlpito no palco, os pastores abrem o culto com uma oração fervorosamente acompanhada pelos fiéis. Uma descrição comum de um culto evangélico não fossem os pastores, deputados, falando de um púlpito improvisado no plenário Nereu Ramos da Câmara dos Deputados de um país laico chamado Brasil. E se o (até então) presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB), anunciado do púlpito ao entrar no recinto pelos pastores João Campos (PSDB-GO) e Sóstenes Cavalcante (PSD-RJ), não tivesse deixado de lado a agenda oficial para participar da celebração e tirar selfies com pessoas que se amontoavam ao seu redor (DIP, Andrea, <<http://apublica.org/2015/10/os-pastores-do-congresso/>> acesso em 15 de nov de 2015). (Grifos da autora).

De fato, a bancada evangélica transformou a Câmara dos Deputados em uma extensão da Igreja Evangélica e a “seriedade” das sessões da Câmara se transformaram em local para um “culto show”. Percebemos, então, uma mistura de religião e política (mais de religião do que de política), fazendo com que as duas entidades caminhem juntas rumo a um destino trágico: o de capitalizar-se por meio da religião ou o de explorar a mais valia das pessoas pela via da fé. Sendo que a política no Brasil não deveria se imiscuir, nem ser subjugada por nenhuma religião.

Com uma bancada evangélica significativa na Câmara de Deputados, desde 2010, a frente parlamentar se articula contra temas como igualdade racial, gênero, direito ao aborto, à eutanásia e ao casamento homoafetivo, além de se opor, também, à criminalização da violência e discriminação contra homossexuais, bissexuais e transexuais.

A bancada tenta, ainda, derrubar resoluções do Conselho Federal de Psicologia (CFP)⁷. Além disso, busca a aprovação de um Estatuto da Família, que restrinja o conceito de família⁸, discriminando homossexuais e regulamentando a heteronomatividade no Brasil.

Diante do exposto acima, fica evidente que a Bancada Evangélica possui e defende projetos conservadores que se baseiam nos preceitos religiosos da Bíblia Evangélica⁹, em detrimento dos valores políticos e sociais.

Na próxima seção explanaremos sobre a instância-sujeito Marco Feliciano.

Marco Feliciano

Iniciaremos esta seção com dados biográficos sobre a instância-sujeito Marco Feliciano:

Marco Antônio Feliciano (Orlândia, 12 de outubro de 1972) é um pastor da Catedral do Avivamento, igreja neopentecostal ligada à Assembleia de Deus, e deputado federal brasileiro. Eleito pelo Partido Social Cristão (PSC), em 2010; com 212 mil votos, foi o segundo político evangélico com maior número de votos no país e o 12º entre os 70 deputados eleitos pelo estado de São Paulo. Foi eleito presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados do Brasil, cargo que exerceu durante o ano de 2013, o que gerou controvérsia pelas diversas declarações polêmicas de Feliciano, principalmente em relação a temas como direitos dos homossexuais e direito ao aborto. Além de pastor, Feliciano também é empresário, autor de 18 livros, e produtor de DVDs com mensagens de autoajuda que venderam cerca de 600 mil cópias. (Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Marco_Feliciano> Acesso em dezembro de 2015).

Apesar de sucinta, a biografia desta instância-sujeito aponta para um indivíduo, branco, heterossexual, pastor, político, empresário e escritor. Poder-se-ia suspeitar de que ele tenha utilizado algumas destas posições de poder para se beneficiar, por exemplo, para ser eleito pelos fiéis, já que foi o segundo evangélico mais votado no estado de São Paulo. Como deputado (político) evangélico (religioso), ele passou a fazer declarações que favoreciam os preceitos religiosos preconceituosos, em detrimento de preceitos políticos. Foram essas

⁷ O Conselho Federal de Psicologia, seguindo a resolução de 1990 da Organização Mundial da Saúde (OMS), retirou a homossexualidade da lista de distúrbios mentais depois que diversas outras organizações psiquiátricas respeitadas, como a Associação Americana de Psiquiatria e a Associação Americana de Psicologia, terem feito o mesmo nas décadas anteriores. Disponível em <<http://saude.terra.com.br/ha-21-anos-homossexualismo-deixou-de-ser-considerado-doenca-pela-oms,0bb88c3d10f27310VgnCLD100000bbcceb0aRCRD.html>> Acesso em dez. 2015.

⁸ Reconhecendo apenas como família a entidade formada por um homem e uma mulher, por meio de casamento ou de união estável, e a comunidade formada por qualquer dos pais e seus filhos.

⁹ A Bíblia evangélica possui 66 livros e a Bíblia católica 73 livros.

declarações que nos motivaram a escrever esta dissertação. O intuito era entender como um cidadão pastor/deputado pode ser tão polêmico em suas declarações, visto que ele, como deputado, assumira um cargo que visava à defesa das minorias e não à crítica ou negação delas.

Para compreender essa instância-sujeito, utilizamos seus próprios dizeres para se descrever. Ao se inscrever no discurso neopentecostal, o pastor-deputado-empresário-escritor-sujeito busca se revelar nos meios de comunicação para atingir seu público (seus fiéis).

Escolhemos uma biografia postada no Blog¹⁰ do próprio pastor para desnudar sua constituição discursiva:

Conferencista internacional, pastor e deputado federal (PSC/SP), Marco Feliciano é de Orlândia, São Paulo. Nascido em 12 de outubro de 1972, filho de José Antonio Novo (in Memoriam) e Lucia Maria Feliciano, teve uma infância humilde e desde muito pequeno precisou trabalhar como vendedor de picolé para ajudar na manutenção da casa. No aniversário de sete anos foi presenteado pelo pai com uma caixa de engraxate, segundo o Sr. José, o trabalho ajudaria Marco a formar um caráter íntegro e reto.

Estudou na escola municipal Coronel Francisco Orlando em Orlândia e fez curso Técnico de Contabilidade na ETE – Alcídio Souza Prado. Trabalhou nas seguintes empresas: Agromen – Agropecuária J Mendonça e Intelli – Indústria de Terminais Elétricos. Sua atuação marcou a empresa pelos ideais audaciosos e visão futurista. Dono de uma inteligência admirável Marco Feliciano deixou uma contribuição de crescimento e sustentabilidade a essas empresas.

Ainda criança, aos oito anos, abraçou o sonho do episcopado, foi coroinha da igreja Cristo Rei e aos 11 anos converteu-se à fé evangélica. O desejo no coração de conhecer mais a Deus o levou a uma busca profunda do conhecimento do Senhor. Formou-se no curso de teologia da faculdade FAETEL, fez pós-graduação no Seminary Hosannaand Bible School, Corp. e Doctor in Divinity Mestrado em Teologia com honras.

Suas ministrações são marcadas por revelações profundas e grande conhecimento da Palavra, características que o transformaram em referencial para uma geração de pastores.

Escreveu e publicou 18 livros destacando-se “Ouse Sonhar” lançado pela editora Thomas Nelson.

Atualmente, o Ministério Tempo de Avivamento, presidido pelo Pr. Marco Feliciano, é composto pelo Instituto Teológico Carisma – ITC, Rádio Tempo de Avivamento, Central Evangélica de Pregadores Itinerantes do Brasil – CEPIB, Revista Tempo de Avivamento, Livraria Cristã Vida & Paz, Editora Tempo de Avivamento e Gravadora Grata Music.

A Assembleia de Deus Catedral do Avivamento, igreja presidida pelo Pr. Marco Feliciano, com sede em Orlândia, já possui seis templos.

A liderança nata, junto com o espírito de ousadia, o impulsionaram a um novo projeto de vida: Auxiliar e servir a população no Congresso Nacional como representante eleito pelo voto popular.

¹⁰ Essa biografia foi pesquisada em 2014 no link <<http://www.marcofeliciano.com.br/blog/biografia/#>> Acesso em 20 jan. 2014. No entanto, em junho de 2015, durante a 19ª Parada Gay, Marco Feliciano acusou ativistas de invadirem seu Blog, por isso Marco Feliciano retirou o Blog do ar por alguns dias e retornou com uma nova atualização e, neste novo formato, ele modificou essa biografia, corrigindo as inadequações linguísticas.

A ligação de Marco Feliciano com o povo é tão manifesta e completa que ultrapassa as motivações puramente políticas para encontrar suas verdadeiras fontes na alma popular, ali onde se forja o carisma que é a marca dos verdadeiros líderes. Por isso a nação evangélica clama por Feliciano como seu representante no Congresso Nacional.

O coração do pr. Marco Feliciano pulsa no ritmo do coração do povo evangélico, é a voz desse povo que fala por sua voz.

E que voz! Antes de ser cativado pela simpatia pessoal e pela simplicidade de trato que caracterizam Marco Feliciano, a oratória e a eloquência surpreendente marcam sua personalidade. Todos que tem a oportunidade de ouvi-lo ficam impressionados com a vastidão de seus conhecimentos e as profundas convicções humanistas defendidas com afinco.

Ainda tem um grande sonho a realizar e conta com aqueles que sonham como ele. Sonham com um Brasil mais justo uma Igreja forte, unida e acima de tudo respeitada e militante. (<http://www.marcofeliciano.com.br/blog/biografia/#>) (sic)

Essa biografia não possui data, no entanto, pela sequência lógica da narrativa, podemos inferir que foi escrita depois de o pastor ter sido eleito deputado federal em 2010, pelo Partido Social Cristão (PSC).

Apesar de redigida na terceira pessoa do singular, o Ele, o não-sujeito, pode-se inferir que poderia ter sido escrita pelo próprio pastor Marco Feliciano, porque o texto utiliza dizeres de enaltecimento pessoal como: “revelações profundas e grande conhecimento da Palavra”, “liderança nata”, “alma popular”, “a nação evangélica clama por Feliciano”, “simplicidade” e “impressionadas”. Esses dizeres revelam o *ethos*¹¹ que o pastor quer passar aos leitores, para que eles se transformem em eleitores.

No primeiro parágrafo da biografia, emerge a construção da identidade educacional familiar de um cidadão humilde que trabalhou quando criança (*teve uma infância humilde e desde muito pequeno precisou trabalhar como vendedor de picolé para ajudar na manutenção da casa.*). O trecho aponta também uma identidade de trabalhador, originada da educação paterna (*No aniversário de sete anos foi presenteado pelo pai com uma caixa de engraxate, segundo o Sr. José, o trabalho ajudaria Marco a formar um caráter íntegro e reto*).

Nesse dizer, o discurso revela uma tentativa de aproximar o pastor de seu leitor pobre e humilde, através de um *ethos* em consonância aos dos menos afortunados, já que a grande Maioria da população menos favorecida do Brasil teve que trabalhar em algum período de sua

¹¹ “A noção de *ethos* deve ser pensada nos limites da discursividade; seu funcionamento está relacionado ao modo como as figuras do enunciador e do enunciatário constroem imagem(ns) para si e para o outro e com elas influenciam-se mutuamente” (STURM, 2006, p. 88).

infância. Além desse *ethos* de humildade, aflora em seu discurso a identidade educacional, a identidade de intelectual com cursos no Brasil e no exterior, na tentativa de atingir outro público-eleitor: os intelectuais.

No último parágrafo dessa biografia, fica evidente que a instância-sujeito amalgama as duas instituições: Estado e Igreja (*Ainda tem um grande sonho a realizar e conta com aqueles que sonham como ele. Sonham com um Brasil mais justo uma Igreja forte, unida e acima de tudo respeitada e militante*). A mescla se comprova pelo uso de expressões como *Brasil* (Estado) *mais justo e Igreja mais forte e militante* (Igreja), em que pese o estranho e diferente uso do termo militarista, mas apropriado a membros de partidos políticos, enquanto para membros de igrejas, geralmente, se usa a palavra praticante, lexema que desvela sua ideologia política. Assim, o discurso revela as identidades política e religiosa da instância-sujeito em tela.

Marco Feliciano, ao assumir o cargo de presidente¹² da CDHM - Comissão dos Direitos Humanos e Minorias - em 2013, antes presidida pelo PT e conhecida, historicamente, como um espaço de defesa dos direitos das minorias (mulheres, negros, homossexuais etc.), gerou polêmicas, ao adotar posições contrárias ao pensamento de que se investe seu cargo, ou seja, desde eleito, ao invés de amparar as minorias, ele as perseguiu e continua a perseguir, mesmo depois de ter deixado a presidência¹³ da CDHM. Tais elementos se configuram como funcionamento das condições de produção em que enuncia a instância-sujeito em estudo nesta pesquisa.

Remetemo-nos ao conceito de condições de produção postulado por Pêcheux (2014), quando ele constitui o discurso como lugar legítimo de constituição de sentidos. Por isso, as inscrições discursivas da instância-sujeito Marco Feliciano ganham forma e sentido, de acordo com o espaço que ocupam e partindo do lugar de poder que o pastor ocupa.

Então, analisar discursivamente como se processa a constituição discursivo-homofóbica implica abordar e conceber significações a partir de um enunciado dentro de um contexto que abarca uma conjuntura de aspectos no qual se inscreve o sujeito. Ao verificarmos o processo dinâmico linguageiro, instaurador de efeitos de sentidos, percebemos também que o que é dito significa em relação ao que não se diz, ao lugar social do qual se diz, para quem se diz e em relação a outros discursos. Nesses termos, o processo discursivo é uma

¹² Marco Feliciano foi eleito sob protestos do PT e PSOL, pois é acusado de homofobia e racismo.

¹³ O presidente da CDHM em 2014 foi o deputado Assis do Couto (PT-PR). Derrotou Jair Bolsonaro (PP-RJ) por 10 votos a 08.

rede de entrelaçamentos, em que há um emaranhado de discursos que provocam/evocam sentidos diversos, a fim de construir uma instância sujeitudinal.

Para apreender os aspectos relacionados a esse trabalho, os procedimentos terão como suporte a base teórica dos estudos de Michel Pêcheux (1969/2014 - 1975/1995 - 1983/1997). Ancoramo-nos também em Althusser (1992) e Chauí (2001) para explicar o conceito de Ideologia; Freud (1996) para explicar o conceito de denegação; Indursky (1990) para explicar o conceito de denegação discursiva; além de Orlandi (2009) e França (2008) para explicar o conceito de discurso religioso, e Rios (2009) e Borillo (2015) para explicar sobre a homofobia, além de outros autores que dão suporte a este trabalho.

Buscamos, então, estabelecer as relações discursivas que permeiam os dizeres desta instância-sujeito com o propósito de revelar sua constituição sujeitudinal, e investigar, explicitar, analisar e discutir as relações discursivas em que a instância-sujeito Marco Feliciano se inscreve, pois, para a AD, “todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação” (PÊCHEUX, 1997, p. 53). São esses “pontos de deriva”, comumente denegados, que nós percorremos para explicitar as inscrições discursivas desta instância-sujeito.

Partindo desse pressuposto, tomamos por objetivo geral desvelar a constituição discursivo-homofóbica da instância-sujeito Marco Feliciano, buscando estabelecer as relações de tensão que permeiam seus dizeres com o propósito de revelar sua constituição sujeitudinal; e, por objetivos específicos, analisar e discutir as relações discursivas em que a instância-sujeito Marco Feliciano se inscreve e identificar as formações imaginárias que permeiam a instância sujeito Marco Feliciano.

Para esta pesquisa, articulamos os conceitos de sujeito, discurso, interdiscurso, formações imaginárias, formações ideológicas, formações discursivas, porque, de acordo com Pêcheux (2009), “tal disciplina parece ter experimentado desde suas origens uma tendência irresistível, na França, a eleger como objeto de estudos “os discursos políticos” (mais frequentemente os de esquerda) para auscultar suas especificidades, alianças e demarcações” (PÊCHEUX, 2009, p. 21-22).

Dessa forma, para desvelar a constituição discursivo-homofóbica da instância-sujeito Marco Feliciano, escolhemos, como *corpus*, a transcrição de vídeos que circulam no site *YouTube* intitulados: i) Diversas intolerâncias de Marco Feliciano e seu envolvimento com o crime e ii) Pastor Marco Feliciano pede senha do cartão de crédito; além de uma entrevista

concedida à Revista Playboy¹⁴ (abril/2014) porque partimos da hipótese de que há a denegação do discurso homofóbico nos dizeres da instância-sujeito, de modo a fazer que a inscrição homofóbica dos dizeres do sujeito se transformem/revistam ora político, ora religioso.

A fim de atingir os objetivos desta pesquisa, pautamo-nos nos desenvolvimentos teórico-metodológicos na obra de Santos (2009) “A instância enunciativa sujeitudinal”. Nessa direção, a escolha em lidar com a *instância-sujeito* se dá porque “quando o sujeito ocupa uma posição de lugar discursivo, lugar social ou ambos, em alteridade, ele instaurará um processo de identificação ou desidentificação desses e nesses lugares” (SANTOS, 2009, p.85). Logo, entendemos que o sujeito Marco Feliciano apresenta-se como um ser múltiplo, cindido e interpelado por discursos presentes na materialidade discursiva do *corpus*. Isso o faz constituir-se sujeito em meio a embates de discursos, marcado por contradições, conflitos que o tornam plural, heterogêneo constituído pela exterioridade discursiva da qual faz parte. A análise do *corpus* será feita através de sequências discursivas para identificar as inscrições homofóbicas da instância-sujeito Marco Feliciano.

Cabe a nós, então, evidenciar como se dá essa exteriorização da personagem pública, desvelar a máscara que a reveste, revelando quais são suas inscrições discursivas. Em tal caso, propomos uma pesquisa qualitativa analítico-descritiva de caráter interpretativista, cujos recortes da materialidade linguística servem de fundamento para evidenciarmos o funcionamento do discurso homofóbico nos dizeres da instância-sujeito em questão.

O trabalho é interpretativista porque o enfoque do objeto de estudo parte de uma proposta teórico-metodológica e uma inscrição em campo discursivo de crítica da linguagem. É analítica porque examinamos as sequências discursivas do *corpus*, fundamentadas pelas postulações de Pêcheux sobre discurso, sujeito e ideologia que se inscrevem discursivamente em uma conjuntura de atravessamentos interdiscursivos.

Como aporte metodológico para análise das sequências discursivas do *corpus*, consideramos a perspectiva de Santos (2004), observando as relações existentes entre as ocorrências recortadas numa perspectiva microanalítica. As regularidades existentes nos permitem desvelar os atravessamentos interdiscursivos e demonstrar a movência e a contínua alteridade de lugares de posições que a IES evidencia ocupar.

Para a execução de nosso intento, dividimos nossa dissertação em: i) Introdução, ii) capítulo teórico intitulado “A constituição da instância-sujeito dos(nos) discursos”, que expõe

¹⁴ Em anexo.

a base teórica em que se baseia esta pesquisa. Em seguida, temos a apresentação da escolha metodológica, intitulada iii) “A constituição discursivo-homofóbica da instância-sujeito Marco Feliciano”, a qual focalizamos a explicação da metodologia da pesquisa e iv) a análise e interpretação das sequências discursivas, buscando evidenciar como as formações discursivas agem nos dizeres da instância-sujeito pesquisada intitulado: Análise do *corpus* da IES de Marco Feliciano; e, por fim, tecemos as considerações finais reiterando que os dizeres da instância-sujeito Marco Feliciano são perpassados pelo discurso homofóbico através da denegação e, além disso, é perpassado pelo discurso do ódio.

A seguir, passamos às explanações do primeiro capítulo.

CAPÍTULO I.

A CONSTITUIÇÃO DA INSTÂNCIA-SUJEITO DOS (NOS) DISCURSOS

Neste capítulo demonstraremos como foi construída a noção de sujeito por Michel Pêcheux, nas três fases *Por uma análise automática do discurso* (1969/2014); *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (1975/1995) e *Discurso: estrutura ou acontecimento* (1983/1997), visto que a AD propõe uma análise em busca dos segmentos de criação do sentido e de suas decisões histórico-sociais, e estas passam sempre pelo sujeito. Ancoramo-nos também em Althusser (1992) e Chauí (2001) para explicar o conceito de Ideologia; Freud (1996) para explicar o conceito de denegação; Indursky (1990) para explicar o conceito de denegação discursiva; além de Orlandi (2009) e França (2008) para explicar o conceito de discurso religioso, e autores que dão suporte a este trabalho.

1.1 O conceito de sujeito na Análise do Discurso Francesa

A Análise do Discurso é uma disciplina que surgiu na França em meados dos anos 1960 que incorpora as áreas de conhecimentos: Linguística, Materialismo Histórico e a Psicanálise. Segundo Pêcheux (1983-1997), a ADF é dividida em três épocas: a primeira (1969/2014) consiste na releitura de Saussure e, consequentemente, em um olhar sob a forma estruturalista – autodeterminada, fechada - frasística, em que se analisava somente a frase, somente o que era dito, desconsiderando todas as intenções do falante e todos os efeitos de sentido que poderiam existir. Pêcheux ainda propõe que a AD tenha um novo objeto de estudo que será o *discurso*. A segunda época (1975/1995) é marcada pela visão filosófica, o sujeito é inserido no contexto enunciativo, ele é parte da enunciação, mas ainda assujeitado. Perpassado por uma ideologia, acredita ser o senhor do seu dizer, ou seja, a origem do discurso. E para completar tal época, outros conceitos são estruturados como as noções de formações discursivas e interdiscurso. E a última época (1983-1997) é marcada pela apresentação de um sujeito que é constituído e realizado através do outro que existe na interação social, surgindo então um sujeito múltiplo, perpassado por outros discursos.

Para a ADF, o sujeito da linguagem não é o próprio indivíduo que enuncia, mas sim aquele que representa uma inscrição ideológica, constituinte de sua condição enunciativa. O sujeito se constitui pela ideologia e é afetado pelo inconsciente. De acordo com a perspectiva pecheuxtiana, o sujeito se constitui nas contradições das lutas de classe, lugar permeado por ideologias, o que o faz, consequentemente, incorporar o discurso do outro. Para Pêcheux

(1975/1995), a instância sujeito é, então, social, histórico, ideológico e afetado pelo inconsciente. É social, porque se constitui na sociedade em relações com os demais sujeitos; histórico, por “sempre existir” na forma-sujeito ao longo da história; é ideológico porque se constitui no momento em que é interpelado pela ideologia à qual está exposto e afetado pelo inconsciente por não ter consciência de todo esse processo, daí os processos de contradição e equívocos. Isso nos leva a crer que o seu dizer enunciativo sempre será perpassado por uma polissemia que refrata os lugares discursivos em que essa instância-sujeito faz as suas tomadas de posição enquanto sujeito discursivo.

Ao ler as obras de Pêcheux, percebemos que a noção conceitual de sujeito foi se construindo no decorrer da constituição da própria disciplina, e apresenta uma estrutura complexa, pois para uma estrutura – sujeito - existe o descentramento dele mesmo (sujeito) que necessariamente implicará em outros “eus” (sujeitos), ou seja, o sujeito se constitui de forma múltipla, polifônica. A constituição dos indivíduos em sujeitos torna-se possível a partir da inscrição em um espaço discursivo, da tomada de posição, do momento em que o sujeito é interpelado ideologicamente tornando-se um corpo social.

Para compor a noção de sujeito há também a *tomada de posição*. Conforme Pêcheux,

[...] a marca do inconsciente como “discurso do Outro” designa no sujeito a presença eficaz do “Sujeito”, e faz com que todo sujeito “funcione”, isto é, tome posição, em “total consciência e em total liberdade”, tome iniciativas pelas quais se torne “responsável” como autor de seus atos (PÊCHEUX, 1995, p. 171). (grifos do autor).

A tomada de posição é uma marca das formações ideológicas e discursivas que o sujeito assume em seu discurso. E essa tomada de posição é assumida de acordo com as regularidades de seu discurso. Então, entendemos que o sujeito é um ser que anseia pela sua completude, e, segundo Orlandi, “nem sujeitos, nem sentidos estão completos [...] constituem-se e funcionam sob o modo do entremeio, da relação, da falta, do movimento. A incompletude atesta a abertura do simbólico, pois a falta é também o lugar do possível” (2001, p. 52). Portanto, é nesse lugar possível que podemos perceber as movências, os apagamentos, os silêncios que constituem o sujeito. Também Pêcheux (1997, p. 31) consolida/ratifica a noção de sujeito, dizendo que “[...] todo sujeito falante sabe do que fala [...]”, ou seja, todo sujeito sabe do que se fala, porque é o sujeito da linguagem, porque está inserido em uma formação discursiva que o regula, porque é interpelado/assujeitado e toma as posições que “deseja”.

Entendemos que a consolidação da noção de sujeito discursivo ocorre através da forma-sujeito caracterizada pelo fato de o sujeito discursivo pertencer a uma classe social.

Nesse viés, todo sujeito possui uma relação imaginária de si e dos outros sujeitos e, sendo assim, sua forma-sujeito é construída a partir dessa percepção ou “realidade” que ele tem de si mesmo. Entretanto, essa “realidade” que o sujeito percebe e acredita ser sua faz parte do seu desconhecimento, já que a constituição dele como sujeito é inconsciente. “Não existe prática sem sujeito (e, em particular, prática discursiva sem sujeito)”, uma vez que os “indivíduos-agentes [...] agem sempre na forma de sujeitos enquanto sujeitos” (PÊCHEUX, 1995, p. 213-214) (grifos do autor). Assim, o sujeito só tem existência em sua prática discursiva, já que é a partir dela que ele se constrói, ou melhor, o sujeito só se constitui como sujeito, quando se vê na formação discursiva que o domina.

Para materialização dos indivíduos em sujeitos faz-se necessário que exista uma “ordem do discurso”, na qual esse sujeito se circunscreve por suas anterioridades discursivas, por suas vinculações, por suas implicaturas e por sua regulação. O discurso era concebido como objeto que, colocado dentro de uma máquina, iria emergir segundo características reveladas pela sua constituição enunciativa, considerando uma série de variáveis linguísticas dotadas de significação. Daí a noção de que a produção discursiva era autodeterminada, ou seja, autorregulada. Existia, então, uma constituição estrutural de produção de sentidos, logo existia um sujeito também autodeterminado.

Pêcheux ainda nos apresenta outros elementos que norteiam a composição da noção de sujeito. São eles: a interpelação, o assujeitamento, o esquecimento, os apagamentos, os silêncios. Esses elementos constituem uma manifestação da noção de sujeito discursivo.

A *interpelação*, de acordo com Pêcheux, é a transformação de um “sempre-já-sujeito” em sujeito, ou seja, o indivíduo é sempre um sujeito. No entanto, todo sujeito é interpelado pela ideologia, que só se efetiva quando o sujeito torna-se inscrito em uma formação ideológica, dentro de uma formação discursiva dada. Pêcheux, retomando as ideias de Althusser, nos diz que

na verdade, o que a tese “a Ideologia interpela os indivíduos em sujeitos” designa é exatamente que o “não-sujeito” é interpelado-constituído em sujeito pela Ideologia. Ora, o paradoxo é, precisamente, que a interpelação tem, por assim dizer, um *efeito retroativo que já faz com que todo* indivíduo seja “sempre-já-sujeito” (PÊCHEUX , 1995, p. 155). (grifo do autor).

Nesses termos, a Ideologia transforma o indivíduo em sujeito ao interpelá-lo. Ao falarmos de Ideologia, remontamo-nos a Althusser, quando ele diz que o “sujeito da linguagem não é o sujeito em si, mas tal como existe interpelado pela ideologia” (ALTHUSSER, 1992, p. 14). Para ele, “a ideologia representa uma relação imaginária dos

indivíduos com sua existência, que se concretiza em aparelhos e práticas, sendo ligada ao inconsciente através da interpelação dos indivíduos em sujeitos” (ALTHUSSER, 1992, p. 30). Entendemos, portanto, que a ideologia transforma os indivíduos em sujeitos e o indivíduo só passa a ser sujeito se este for perpassado e interpelado por uma ideologia, que, na maioria das vezes, é feita de forma inconsciente.

Althusser, ao falar de ideologia, assevera que ela é manifestada na sociedade através dos Aparelhos Repressores do Estado (ARE) e dos Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE). Os AREs usam de argumentos coercitivos para reproduzir a ideologia e os AIEs usam de argumentos ideológicos para perpetuar a ideologia. Ao pensar na instância-sujeito Marco Feliciano, podemos perceber que a instância-sujeito se inscreve nesses aparelhos, no caso, o AIE, que é a Igreja, a fim de que seus ideais sejam reproduzidos/perpetuados na sociedade.

Pêcheux explica as ideias de Althusser, dizendo que:

num dado momento histórico, as relações de classe (a luta de classes) se caracterizam pelo confronto, no interior mesmo destes aparelhos, de posições políticas e ideológicas (PÊCHEUX, 2009, p. 163). (grifos do autor).

Assim, ao reconhecer a ideologia, manifestada pelos aparelhos repressores e ideológicos, reconheceríamos também a relação discursiva que os sujeitos estabelecem no espaço de representações sociais, nos espaços que assumem, nas posições que tomam e nas relações de classe. A ideologia é a marca da subjetividade na constituição do sujeito.

Ainda sobre ideologia, temos o conceito de Chauí (2001) que nos revela que a ideologia é instrumento de dominação de classes, porque a classe dominante faz com que suas ideias sejam predominantes. Ainda de acordo com o conceito marxista, Chauí ressalta que:

a ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes a partir das divisões na esfera da produção. Pelo contrário, a função da ideologia é apagar as diferenças como de classes e fornecer aos membros o sentimento da identidade para todos (...) (CHAUÍ, 2001, p. 108-109).

Destarte, a ideologia tem o poder de revelar as relações de dominação. E essa mesma ideologia tem a função de revelar a divisão de classes, perpetuando essa divisão na sociedade.

Outro elemento constitutivo do conceito de sujeito é o *assujeitamento*, que se refere à condição de o indivíduo tornar-se sujeito. Para Pêcheux:

ao dizer que o EGO, isto é, o imaginário no sujeito (lá onde se constitui para o sujeito a relação imaginária com a realidade), não pode reconhecer sua subordinação, seu assujeitamento ao Outro ou ao Sujeito, já que essa subordinação-assujeitamento se realiza precisamente no sujeito *sob a forma da autonomia*". (p. 163) (grifos do autor).

De tal modo, há uma aparente autonomia do sujeito no assujeitamento, porque o sujeito, ao não reconhecer essa subordinação, entende/acredita que é dono – é o centro – do seu dizer. Outrossim, o sujeito também é constituído pelo *esquecimento*. “[...] O sujeito se constitui pelo “esquecimento” daquilo que o determina” (PÊCHEUX, 1995, p. 163). O sujeito não é constituído apenas por seu dizer, mas, principalmente, por seu não-dizer, o não-dito, determinante de sua constituição, ou seja, os esquecimentos que o determinam. Pêcheux trata de duas formas de esquecimento: o número 1, no qual esse sujeito tem a ilusão de ser a origem de seu dizer, ou melhor, de acordo com Pêcheux,

o *esquecimento nº 1* que dá conta do fato de que o sujeito falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina [...] remetia, por uma analogia com o recalque inconsciente, a esse exterior, na medida em que [...] esse exterior determina a formação discursiva em questão (1995, p. 173) (grifo do autor).

Assim, compreendemos então que o esquecimento nº 1 se dá de forma inconsciente, ele é o resultado da forma pela qual o sujeito é afetado pela ideologia. Neste esquecimento, o sujeito tem a ilusão de ser o centro do seu dizer, quando, na realidade, apenas retomamos algo que já foi dito. E a segunda forma é o esquecimento nº 2 que Pêcheux chama de

“esquecimento” pelo qual todo sujeito-falante “seleciona” no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase – *um enunciado, forma ou sequência, e não um outro* [...] (PÊCHEUX, 1995, p. 173) (grifos do autor).

A partir disso, fica claro então que no esquecimento número 2, o sujeito tem a ilusão de ser entendido por todos da mesma forma. Esse esquecimento nº 2 dá ao sujeito a impressão de que existe uma realidade aliada ao pensamento, ou seja, ele tem a ilusão/sensação de que o que ele pensa só pode ser dito de uma forma, com um determinado enunciado e não com outros. Ao revelar esses conceitos, Pêcheux lança um outro olhar sobre

o *esquecimento* que seria o recalque inconsciente, que é um termo defendido por Freud (1996). Freud, em sua obra, nos revela que existem alguns mecanismos de defesas do indivíduo que são: *recalque, negação e denegação*.

O *recalque* é um mecanismo de defesa, através do qual o indivíduo mantém no nível inconsciente toda emoção, conflito, acontecimento, lembrança ou tudo aquilo que possa ser gerador de dor ou sofrimento. Envolvido em um processo ativo, o recalque impede que esses conteúdos tornem-se conscientes, possibilitando menos sofrimento para o sujeito acometido, na medida em que elimina do seu contexto aquela verdade latejante, proporcionando assim um furo, uma saída, na busca incessante de se obter êxito na tentativa de se atingir o princípio do prazer.

Na *negação*, outro mecanismo de defesa, ao invés de recalcar as representações inaceitáveis numa tentativa de eliminar os conteúdos geradores de sofrimento psíquico, o indivíduo as nega, ocorrendo, desse modo, uma estagnação da sua postura frente a essas representações. Os tipos de negação e seus cenários constituem um amplo universo, que podem manifestar-se desde situações que envolvem saúde e relacionamentos até situações que abrangem o contexto político e religioso, podendo gerar violências e até agressões a depender da situação que se apresenta.

Já na *denegação*, ainda considerada outro mecanismo de defesa, a representação em algum momento já foi recalcada, porém retorna à consciência, com a condição de que seja negada, mais uma vez protegendo o indivíduo de tudo aquilo que possa lhe causar dor ou sofrimento, em um constante movimento psíquico em que o sujeito consegue visualizar a representação, mas a todo o momento insiste em negar que seja geradora de desconforto. Em alguns casos, como na perversão, esse processo constante de denegar pode levar o indivíduo a fazer um movimento contrário do originário na representação, chegando a louvar a lembrança, desejo, conflito ou afeto gerador do sofrimento. E esses conceitos são de fundamental importância para entendermos a constituição discursiva homofóbica da instância-sujeito em estudo.

Ao falar de recalque inconsciente, trataremos da *denegação*, que é o ponto central de nossa discussão. A denegação é o espaço em que o sujeito diz (fala, enuncia), sem, de fato, dizer, é o momento de exteriorização do que se pensa sem admitir os significados, as dimensões e consequências desse dizer. Ou seja, a instância sujeito Marco Feliciano se inscrever no lugar não homofóbico, para reafirmar o lugar de homofobia. De acordo com Castro (1986, p. 5), “o fenômeno da denegação, em que algo dito negativamente, diz Freud, deve ser entendido como

uma afirmação, é um momento privilegiado no qual toda a multivocidade da linguagem se evidencia”.

A negação é a afirmação do que não se pode dizer. Indursky revela que a denegação discursiva é

aquela negação que incide sobre um elemento do saber próprio à FD que afeta o sujeito do discurso. Ou seja, a denegação discursiva relaciona-se com a interioridade da FD e com o todo como o sujeito com ela se relaciona. Assim, seu efeito não é polêmico. Ao incidir sobre um elemento de saber que pode ser dito pelo sujeito do discurso, mas que, mesmo assim, por ele é negado, tal elemento permanece recalado na FD, manifestando-se em seu discurso apenas através da modalidade negativa. (1990, p. 120).

Então, o sujeito denega o que é próprio de seu discurso para não parecer polêmico, mas que está no cerne de sua FD e, ademais, há apenas uma tentativa de apagar o que está explícito. A intenção e escolha do sujeito ao fazer uso da denegação é afirmar o lugar da homofobia, do preconceito, da violência, ao se inscrever no espaço discursivo de não homofóbico, por isso, queremos dizer que ele recalca, nega e denega a homofobia através de um discurso político/religioso. Ou seja,

com a denegação discursiva, não há confronto, nem refutação. O funcionamento é diverso e o efeito também o é. O processo de denegação dá-se no interior da rede discursiva em que está inserido o enunciado negativo. Dito em outras palavras: o sujeito não reconhece um saber que é próprio de sua FD (INDUSKY, 1990, p. 121).

Então, para a denegação discursiva produzir um efeito, a negação deve ocultar um comportamento autorizado pela FD à qual o sujeito se identifica, e por isso não irá produzir um efeito polêmico. Então,

para que a negação produza um efeito de denegação [discursiva], ocorre a ocultação de um comportamento admitido pela FD a que o enunciado está vinculado. Esse funcionamento discursivo aponta para as relações que a FD estabelece com a sua interioridade. Dito em curtas palavras: a denegação revela o modo como o sujeito relaciona-se com a FD que o afeta. (1990, p. 121)

O deslocamento da ‘denegação’ da psicanálise para a *denegação discursiva* reconhece a contradição da FD como a presença de outro sentido no discurso que é autorizado pela FD à qual o enunciado está vinculado, muito embora o sujeito o evite, dizendo-o indesejado, por isso rejeitando-o. Desse modo, dizer *não* é reconhecer a alteridade, a presença do outro discurso que o atravessa. Os dizeres “não homofóbicos” da instância sujeito Marco Feliciano são o reconhecimento do outro que constitui o seu discurso homofóbico, por meio da denegação discursiva que compõe seus dizeres.

Como vimos, o termo sujeito para a AD não é uno ou homogêneo; ele é disperso, heterogêneo. A heterogeneidade deste termo ganha efervescência na última fase dos estudos de Pêcheux, através do aprofundamento sobre a subjetividade psicanalítica. E ao final Pêcheux apresenta uma noção de sujeito que se constitui e se realiza no outro existente na interação social, ou seja, os sujeitos tem existência na e pela interação buscando espaço histórico-socio-cultural-ideológico em que se estabelecem relações de poder através dos discursos.

Diante das explanações acima, Pêcheux, consolida/ratifica a noção de sujeito, dizendo que o sujeito falante sabe do que fala, ou seja, todo sujeito sabe do que se fala porque é o sujeito da linguagem, porque está inserido em uma formação discursiva que o regula, que é interpelado/assujeitado e toma as posições que deve, porque a ele lhe é dado esse direito. Entendemos que a consolidação da noção de sujeito discursivo se dá através da forma-sujeito que é a constituição do sujeito a partir de suas práticas sociais, através do lugar social, que é a posição que o sujeito ocupa no interior da classe, e pelo lugar discursivo, que é a tomada de posição do sujeito a partir da luta de classes.

Posto a concepção teórica de Pêcheux sobre a noção de sujeito, destacaremos a seguir a Instância Enunciativa Sujeitudinal, em seguida os conceitos de discurso, interdiscurso, formação discursiva e imaginária que também compõem nossa discussão teórica.

1.2. Instância Enunciativa Sujeitudinal – IES

Consoante à noção de sujeito postulada por Pêcheux, explicamos, nesta subseção, a Instância Enunciativa Sujeitudinal que é uma extensão teórico-epistemológica de Santos (2009). A noção de IES foi desenvolvida no interior do Laboratório de Estudos Polifônicos - LEP – por Santos (2009), a partir da noção de sujeito discursivo. Seu objetivo é ampliar o alcance epistemológico do papel dos sujeitos no processo enunciativo explicando como se constitui esse processo por meio do fenômeno da interpelação. Essa extensão teórica deriva da percepção de dois conceitos basilares para a AD: o conceito de sujeito e o conceito de sentido.

O sujeito que buscamos analisar é o que se identifica e se desidentifica, conforme o lugar que ocupa. Então, se o sujeito não é estanque, se ele se movimenta conforme os lugares sociais que ocupa, podemos entender que a instância-sujeito que analisamos, neste trabalho, se move de acordo com a situação, fazendo uma tessitura de dizeres para endossar a situação discursiva em que se encontra: ora em um momento, o político, ora em outro, o religioso. Assim, a *Instância Enunciativa Sujeitudinal* postulada por Santos é aquela que não permanece

em um único lugar dentro da formação discursiva em que está inscrita, porque está sempre se deslocando dentro de uma determinada formação discursiva.

Assim, para Santos (2009),

essa inserção posicional de natureza interpelativo-ideológico-heterotópica o transforma em *instância enunciativa sujeitudinal*. Trata-se, pois, de uma constituição singular da condição de sujeito nos crivos de contradição, equivocidade, opacidade, movência e deslocamentos do, no, para e entre formações discursivas no interior de um processo enunciativo e na descontinuidade da construção linguageira em que se funda uma discursivização (SANTOS, 2009, p.85). (grifo do autor).

Desse modo, a dinamicidade discursiva de uma forma-sujeito se dá através de um “assujeitamento, de uma interpelação e de uma interdiscursividade” (SANTOS, 2009, p. 86). Sendo assim, o sujeito/indivíduo é transformado em sujeito, quando sofre o assujeitamento, ou seja, quando é interpelado pela clivagem e se eleva à condição de sujeito do discurso. Ao mover-se, ao se deslocar dentro de uma formação discursiva, o sujeito é obrigado/interpelado a ocupar outros posicionamentos, e isso faz com que ele se identifique ou se desidentifique com esses posicionamentos. Entendemos, então, que a IES subsiste, através da alteridade e movências do sujeito dentro de uma formação discursiva. Para Santos (2009), o assujeitamento e a interpelação são traços relevantes para as tomadas de posição do sujeito.

Com base no conceito de IES postulado por Santos, verificamos dentro da instância-sujeito desta pesquisa as operações que marcam o funcionamento discursivo da instância-sujeito, ou seja, os processos de *legitimidade*, a *captação pela ideologia*, a *influência da interpelação* e a *regulação pela enunciação*.

Por legitimação, Santos afirma que

[...] a legitimidade é uma relação que transcende o poder de percepção discursiva do sujeito. Ela revela o *status institucional* desse sujeito e representa uma instância enunciativa de poder-dizer. Assim, a legitimidade não só assevera o papel social do sujeito, como lhe atribui uma tomada de posição (SANTOS, 2009, p. 88) (grifo do autor).

Então, a tomada de posição do sujeito numa dada formação discursiva é atribuída à legitimidade, ou seja, é ela que dá ao sujeito o direito de poder dizer algo a partir do papel social que ele desempenha. Diante disso, um dado sujeito só pode enunciar um discurso político, se legitimado pelo “poder-dizer”, o discurso político. Do mesmo modo, um dado sujeito só pode enunciar um discurso religioso, porque foi legitimado pelo “poder-dizer”, o discurso religioso.

A captação pela ideologia “diz respeito a características concernentes aos aspectos particulares dos sujeitos” (SANTOS, 2009, p. 89) e esses aspectos dizem respeito ao sentido que o sujeito atribui aos diferentes enunciados que profere. Esses aspectos envolvem “elementos como i) estado patêmico; ii) referência de vozes; iii) natureza do olhar para a exterioridade e iv) as significações outras sugeridas por uma ordem inconsciente” (SANTOS, ibidem). O *estado patêmico* nos permite evidenciar as influências que marcam a sua enunciação, devido às condições de produção nas quais ele está inserido – entendemos que as condições de produção são os aspectos relativos à história, aos fatores sociais e ideológicos que constituem um discurso e fazem com que ele faça sentido, no momento em que é proferido/enunciado.

A *referência de vozes* se refere às vozes ideológicas que constituem os dizeres da instância-sujeito, fazendo com que ela tome determinada posição, dentro de uma formação discursiva. A *natureza do olhar para a exterioridade* nos permite identificar as formações imaginárias que perpassam o sujeito para que ele seja interpelado/assujeitado por determinada ideologia. E, por fim, as *significações outras sugeridas por uma ordem inconsciente* são aquelas que derivam da subjetividade vinda do Outro.

A *influência da interpelação* se dá através de

[...] um entrecruzamento discursivo que se opera entre a referencialidade polifônica¹⁵ e um processo de atravessamento por interdiscursividade. São formas de interpelação nos, pelos e sobre os sentidos, criados pelas manifestações-sujeito, utilizadas para mover e deslocar processos de discursivização, de modo a torná-los uma discursividade-outra (SANTOS, 2009, p. 91).

De tal modo, sujeito e sentido são sempre interpelados pela interdiscursividade dentro de uma formação discursiva. Então, o sujeito é interpelado dentro da formação discursiva que faz com que ele se move, se desloque, permitindo-lhe se inscrever, em um dado momento, em um lugar discursivo de uma forma-sujeito e, em outro momento, em outro lugar do discurso e em outra forma-sujeito, sempre no processo de movência e alteridade. Santos (2007) ainda revela que, dentro do processo de interpelação, existe o processo de *denegação* que significa a tensão enunciativa, ou seja, a denegação ocorre na expressão do que se quer dizer, ou, ainda, pelo silenciamento do que se quer dizer, dentro das tomadas de posição dos sujeitos.

¹⁵ “As bases discursivas que balizam o imaginário sociodiscursivo dos sujeitos actantes no processo enunciativo. Essas bases comportam referentes de natureza histórica, social, cultural, filosófica, psicológica, política e linguística, determinantes da circunscrição do sujeito em formação social, de sua filiação em um espaço discursivo de sua alteridade enunciativa numa diversidade de formações discursivas e ideológicas” (SANTOS, 2007, p. 196, nota de rodapé).

Por fim, a regulação pela enunciação

determina as condições pelas quais as manifestações-sujeito são interpeladas e se reconhecem na constitutividade enunciativa da realização lingüística. Trata-se de traços indicadores do nível de conflito, do encadeamento de controvérsias discursivas e de oscilações de assimetria no processo discursivo (SANTOS, 2009, p. 93).

Então, é por intermédio da enunciação que o sujeito se desnuda, se expõe. Na enunciação, percebemos a alteridade, a interpelação e o assujeitamento nos quais a instância-sujeito está inscrita. Neste trabalho, a noção de IES é relevante, porque viabiliza a investigação dos movimentos da instância-sujeito em sua heterogeneidade, que lhe é inerente, fazendo com que os sentidos apareçam de acordo com suas movências, dentro de formações discursivas diferentes. Nesse sentido, o próximo tópico será dedicado a elucidações sobre o discurso e as diversas nuances que caracterizam cada tipo de discurso.

Dando continuidade à elaboração do arcabouço teórico, abordaremos na sequência a noção de discurso.

1.3 Discurso, interdiscurso e intradiscurso

Pêcheux evidencia que qualquer discurso faz referência a outro discurso de forma consciente ou não. O discurso vai além das estruturas linguísticas; é considerado um acontecimento. Assim, Pêcheux (1997) denomina *discurso* como um conjunto de enunciados que fazem parte de uma mesma formação discursiva, gerador de efeitos de sentido quando materializado. O que se pode inferir que discurso é tudo aquilo que nos é permitido dizer dentro de um contexto específico de interação verbal.

O discurso é uma construção social e não individual que só poderá ser analisada se considerarmos suas formações discursivas. De acordo com Pêcheux,

[...] um discurso é sempre pronunciado a partir de *condições de produção* dadas: por exemplo, o deputado pertence a um partido político que participa do governo ou a um partido de oposição; é porta-voz de tal ou tal grupo que representa tal ou tal interesse, ou então está “isolado” etc. Ele está, pois, bem ou mal, situação no interior da *relação de forças* existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado: o que diz, o que anuncia, promete ou denuncia não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa; a mesma declaração pode ser uma arma terrível ou uma comédia ridícula segundo a posição do orador e do que ele representa, em relação ao que diz [...] (PÊCHEUX, 2014, p. 76). (Grifos do autor).

Pêcheux mostra que para entender um discurso devemos nos ater às condições de produção, que são aspectos históricos, sociais e ideológicos constitutivos dos discursos. Elas funcionam por meio das relações de sentido, isto é, não há discurso que não se relate a outros discursos, por isso os sentidos são resultantes das relações estabelecidas entre o que significa e o que pode significar. Pêcheux também aponta para a importância de se levar em consideração a posição do produtor do discurso.

O discurso e o sentido variam/deslocam de acordo com a posição que o sujeito ocupa dentro de sua classe social. O mesmo discurso dito em lugares sociais diferentes e por sujeitos diferentes pode se tornar uma ordem ou uma piada; por isso, para entender o discurso, devemos levar em consideração o lugar social em que o sujeito se inscreve e enuncia. Um discurso tem aspectos que nos remetem a outro discurso que o podem (trans, re) significar. O discurso sempre será submetido a uma lógica enunciativa de produção de sentidos. Desse modo, devemos tratar o discurso na relação entre a sua situação e sua posição na estrutura, sempre vai respondendo às suas condições de produção. E quando ele se referir a outros processos discursivos ele vai responder a outras condições de produção.

Além do discurso, temos o conceito de interdiscurso que é o lugar da exterioridade, o lugar do discurso do “outro”, são todos os discursos que atravessam um discurso predominante. Isso implica dizer que os dizeres da IES Marco Feliciano estão perpassados por outros dizeres que interferem em seu discurso, e se caracteriza pela intervenção, pelo atravessamento de um discurso em outro discurso, numa mesma formação discursiva. Através do interdiscurso, podemos compreender de que forma o sujeito se constrói e se modifica, em cada formação social.

De acordo com Pêcheux,

[...] a noção de *interdiscurso* é introduzida para designar “o exterior específico” de uma FD enquanto esse irrompe nessa FD para construí-la em lugar de evidência, submetida à lei da repetição estrutural fechada: o fechamento da maquinaria é, pois, conservado, ao mesmo tempo em que é concebido então como o resultado paradoxal da irrupção de um “além” exterior e anterior. (PÊCHEUX, 2014, p.310). (grifo do autor).

O interdiscurso acontece no momento em que um discurso outro, pertencente ou não a uma dada FD, interfere em outro, dentro dessa FD, trazendo sentidos outros à enunciação. Vale ressaltar que o interdiscurso é a capacidade de um discurso intervir em qualquer outro discurso, interpelando, movendo, deslocando ou transformando os sentidos por este produzidos, ou seja, caracteriza-se como uma interposição, sobreposição ou superposição de

um discurso em outro, com a finalidade de interferir na significação dos dizeres e, por conseguinte, na produção de sentidos no encaminhamento da enunciação.

Consecutivamente, o interdiscurso se presta a romper com a ideia de que o sujeito seja submisso às significações subjacentes a um determinado discurso. Entendemos que o interdiscurso é um exterior específico de uma formação discursiva que interfere no processo de sua significação, singularizando a produção de sentidos, em um dado discurso.

Portanto,

[...] o interdiscurso é, perpetuamente, o lugar de um trabalho de reconfiguração no qual uma formação discursiva é levada, em função dos interesses ideológicos que ela representa, a absorver elementos *pré-construídos* produzidos fora dela, associando-os metonimicamente a seus próprios elementos por *efeitos-transversos* que os incorporam, na evidência de um novo sentido em que eles são “acolhidos” e fundados (com base em um novo terreno de evidências que os absorve) por meio do que chamamos um “retorno do saber ao pensamento”; em suma, um “trabalho” de unificação do pensamento, em que as subordinações se realizam ao se apagarem na *extensão* sinonímica da paráphrase-reformulação” (PÊCHEUX, 1995, p. 278) (Grifos do autor).

Assim, o interdiscurso aparece sob o viés do pré-construído e do discurso transverso. No viés do pré-construído, compreendemos que existem os ditos que já foram ditos, ou seja, os sempre já-ditos do discurso, como os discursos que permeiam a memória e a história. No viés dos discursos transversos, encontramos os discursos transversalizados pela condição ideológica da interpelação. Isto é, há uma relação de encadeamento de significações dentro de uma formação discursiva que se movem e se modificam, e que são incorporadas e (re)significadas, por meio de vários aspectos linguísticos (paráfrases, metáforas, sinonímia).

De acordo com Indursky (1997):

o interdiscurso é o lugar de formação do pré-construído e funciona como um elemento regulador do deslocamento das fronteiras de uma FD, controlando a sua reconfiguração e permitindo a incorporação de pré-construídos que lhe são exteriores, provocando redefinições, apagamentos, esquecimentos ou denegações entre os elementos da referida FD (INDURSKY, 1997, p. 35-36). (grifos do autor).

No interdiscurso poderemos compreender de que forma o sujeito se constrói e se modifica em cada formação social, porque o sujeito vai se revelando através dos esquecimentos e da denegação. Ele vai se modificando por meio dos apagamentos e, assim, vai se redefinindo dentro de uma FD.

Além do interdiscurso, no discurso percebemos que há a presença do intradiscurso, entendido a ADF como o “fio do discurso”, ou seja,

o intradiscursivo é um efeito do interdiscursivo sobre si mesmo, tendo em vista que ele incorpora, no eixo sintagmático (linear), uma relação de possibilidades de substituição entre elementos (palavras, expressões, proposições), de forma a se pensar que esses elementos encadeados entre si tivessem um sentido literal, transparente. (GUILHERME, 2008, p. 56).

Nesse sentido, se o intradiscursivo é o efeito do interdiscursivo, ele é o efeito dos outros discursos que emergem no interdiscursivo. É o elo que conduz o discurso, que o deixa coeso para que o sujeito possa se “revelar” no discurso. Além desses conceitos, empregamos os conceitos de formação discursiva, entendendo que é aquela formação que faz com que o sujeito diga uma coisa e não outra; é a formação que regula o dizer do sujeito dentro de uma formação ideológica. Essa discursividade reflete nas formações imaginárias que são antecipações do discurso do outro, a fim de traçar estratégias do discurso. Nesse sentido, o sujeito, ao organizar um discurso, insere-se numa determinada formação discursiva, que está inscrita em uma formação ideológica, determinante do sentido do discurso e, a partir das posições ideológicas, surgem as formações imaginárias, que refletem a experiência e que constroem os sentidos.

Então, o discurso será sempre um palco para um embate ideológico, nos quais os sentidos serão empregados às palavras de acordo com o interesse do lugar social em que o sujeito estará servindo. A pensar em sentido, para a ADF, o sentido vai depender da tomada de posição que a instância-sujeito utilizar. O sentido é entendido como o efeito de sentidos que o discurso pode oferecer, além do que o sentido é produzido pela relação do homem com a língua e a história. Então,

o *sentido* de uma palavra, expressão, de uma proposição etc., não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). (...) *as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às *formações ideológicas* nas quais essas posições se inscrevem (PÊCHEUX, 2009, p. 146-148). (Grifos do autor).

Dessa forma, como afirma Pêcheux, não há apenas um sentido próprio de cada expressão, palavra ou proposição, mas vários sentidos evocados de acordo com quem e de onde fala. Além disso, a condição para que cada elemento seja dotado de sentido é o fato de que até mesmo as palavras, expressões e proposições “literalmente diferentes” possam ter o

mesmo sentido de acordo com as formações discursivas em que aparecem inscritas, além da posição que o sujeito assume ao enunciar determinados dizeres.

Para entendermos como se constitui a enunciação da instância-sujeito Marco Feliciano, abordaremos os conceitos de discurso político e religioso e suas relações interdiscursivas, ou seja, como a instância sujeito Marco Feliciano utiliza o discurso político para ratificar o discurso religioso e vice-versa.

Por discurso político, Pêcheux entende que

[...] a questão particular do discurso, à oposição entre uma “linguagem ideológica” (que seria referida a situações concretas que implicassem tomadas de posição) e uma “linguagem científica” (que seria o puro desenvolvimento de propriedades “abstratas”, isto é, “verdadeiras” para além de qualquer tomada de posição), de modo que, em todo discurso, incluindo-se aí o “discurso político”, poder-se-ia fixar e distinguir “o que é ideológico” (enquanto ligado a uma tomada de posição) e “o que não é ideológico” (enquanto situado para além de toda tomada de posição)?” (PÊCHEUX, 1995, p. 209) (Grifos do autor).

O discurso político, então, funciona como uma tomada de posição, não havendo discurso universal. Ele ainda coloca a luta de classes no campo político dizendo que

[...] não se pode pretender falar do discurso político, sem tomar, simultaneamente, posição na luta de classes, pois, na realidade, essa tomada de posição determina, na verdade, a maneira de conceber as formas materiais concretas sob as quais as “idéias” entram em luta na história. (PÊCHEUX, 1977, p. 2).

Compreendemos então que é no discurso político que se manifesta/camufla a ideologia da luta de classes. É no falar político que percebemos o embate das Formações Ideológicas dentro das Formações Discursivas. Em um debate político se tornam claras as tomadas de posição de cada político: posições socialistas, capitalistas, comunistas etc.

Além do discurso político, também nos pautaremos no conceito discurso religioso, que,

na perspectiva da análise do discurso, o discurso religioso, enquanto prática social, pode ser caracterizado como uma prática discursiva que expressa e difunde um sistema de crenças e valores éticos, morais e espirituais, como visões de mundo e do homem, que são transmitidos, validados e legitimados através das práticas sociais no interior de uma instituição definida como religiosa pelos membros participantes ou por outros fora dela, nos quais busca adesão (PEÑA-ALFARO, 2005, p. 56).

Então, o discurso religioso passa a ser entendido como o discurso que perpetua os valores éticos e morais de determinada instituição religiosa, e que são validados pelos membros desta instituição. Ainda, de acordo com Orlandi (2009, p. 242-243), o discurso religioso é “aquele em que fala a voz de Deus: a voz do padre – ou do pregador, ou, em geral,

de qualquer representante seu – é a voz de Deus”. Entendemos que o discurso religioso faz inculcar no cristão que esse discurso é a própria voz de Deus e, assim, faz com que esse discurso exerça um poder de dominação sobre o fiel.

Para França (2008)

a ideologia do discurso religioso desencadeia uma função de dominação e de deformação presentes numa linguagem de representação de valores selecionados pela percepção do fiel ou inculcados pela ideologia do próprio sistema religioso que acaba por determinar tais valores fundantes e legitimadores da experiência religiosa. (FRANÇA, 2008, p. 3).

O discurso religioso exerce um papel de dominação através de um discurso autoritário e de dominação. O autoritarismo que tem como referente o próprio Deus, que, no discurso proferido por um sujeito religioso, passa a exercer o poder de dominação do fiel através da culpa: se o cristão não fizer o que o discurso religioso deseja, será punido. Entendemos dentro desse discurso religioso que, apesar de o fiel possuir o direito ao *livre arbítrio*, o sujeito fiel se percebe assujeitado por ser determinado pelos valores legitimadores ou intimidadores do discurso religioso.

Existe uma ramificação do discurso religioso que é o discurso religioso neopentecostal que “apresenta novos elementos discursivos com suas ênfases na Teologia da Prosperidade¹⁶, assim como nas curas e milagres, acrescentando-se ainda a dimensão político-partidária” (PEÑA-ALFARO, 2005, p. 61). A dimensão político-partidária fica por conta dos diversos pastores que estão se filiando a partidos políticos a fim de vencer as eleições – municipais, estaduais e federais – para propagar o discurso religioso no meio político. E é esse discurso da Teologia da Prosperidade que a instância-sujeito Marco Feliciano utiliza em suas pregações, o discurso da *culpa* do fiel, por não doar o dízimo, por exemplo.

Além do discurso religioso, existe um discurso, presente nas igrejas neopentecostais, que é o discurso capitalista, entendendo esse discurso como o desejo de possuir algo, o desejo incessante por novos produtos, um desejo que não tem fim, corroborando os dizeres de Quinet (2001, p.17), “[...] vivemos numa espécie de evidência do consumo e da abundância criada pela multiplicação de objetos, na qual os homens da opulência se cercam não mais de outros homens, e sim de objetos (televisores, carros, computadores, fax, telefones, etc.)”. Esse discurso capitalista é o discurso próprio das igrejas neopentecostais, no qual a felicidade é mantida através dos bens materiais, da bonança oferecida pelos bens de consumo.

¹⁶ Teologia que prega que os fiéis devem usufruir ao máximo o que há de melhor no mundo aqui e agora, almejam os bens terrenos, o bem-estar pessoal e o consumo. Este termo será explicado novamente na página 34.

Para analisar os dizeres homofóbicos da instância sujeito Marco Feliciano, teremos ainda de conceituar o discurso homofóbico, no entanto, antes de conceituá-lo, vamos esclarecer o que é homofobia.

O termo homofobia apareceu pela primeira vez nos Estados Unidos em 1971 e na França, em 1990. É caracterizada pela “atitude de hostilidade conta as/s homossexuais, portanto, homens e mulheres” (BORILLO, 2015, p. 13). A homofobia é a rejeição sistêmica contra os homossexuais. Borillo entende que a homofobia deve ser classificada como um crime, assim como o racismo e a xenofobia, porque

do mesmo modo que a xenofobia, o racismo ou o antisemitismo, a homofobia é uma manifestação arbitrária que consiste em designar o outro como contrário, inferior, anormal; por sua diferença irredutível, ele é posicionado a distância, fora do universo comum dos humanos. *Crime abominável, amor vergonhoso, gosto depravado, costume infame, paixão ignominiosa, pecado contra a natureza, vício de Sodoma* – outras tantas designações que, durante vários séculos, serviram para desqualificar o desejo e as relações sexuais ou afetivas entre pessoas do mesmo sexo (BORILLO, 2015, p. 13) (Grifos do autor).

De acordo com Borillo, a hostilidade conta os homossexuais existe há vários séculos, e persiste até os dias atuais. As várias designações descritas por ele ainda são perpetuadas pela sociedade brasileira e ditas por muitas pessoas, como é o caso da instância-sujeito desta pesquisa.

De acordo com o juiz federal brasileiro Roger Raupp Rios, “homofobia é a modalidade de preconceito e de discriminação direcionada contra homossexuais” (RIOS, 2010, p. 59). Se a homofobia é classificada como o preconceito, entendemos que o discurso homofóbico é todo aquele discurso direcionado aos homossexuais revestido pelo preconceito. É todo aquele discurso que promove a intolerância, é todo discurso que reproduz preconceitos e estereótipos sexistas, no que diz respeito às pessoas que não se enquadram no conceito da heteronormatividade¹⁷. Ademais,

a homofobia é o medo de que a valorização dessa identidade seja reconhecida; ela se manifesta, entre outros aspectos, pela angústia de ver desaparecer a fronteira e a hierarquia da ordem heterossexual. Ela se exprime, na vida cotidiana, por injúrias e por insultos, mas aparece também nos textos de professores e de especialistas ou no

¹⁷ A heteronormatividade é um termo usado para descrever situações nas quais orientações sexuais diferentes da heterossexual são marginalizadas, ignoradas ou perseguidas por práticas sociais, crenças ou políticas. Isto inclui a ideia de que os seres humanos recaem em duas categorias distintas e complementares: macho e fêmea; que relações sexuais e maritais são normais somente entre pessoas de sexos diferentes; e que cada sexo tem certos papéis naturais na vida. Assim, sexo físico, identidade de gênero e papel social de gênero deveriam enquadrar qualquer pessoa dentro de normas integralmente masculinas ou femininas, e a heterossexualidade é considerada como sendo a única orientação sexual normal (Disponível em <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Heteronormatividade>> Acesso em dezembro de 2015).

decorrer de debates públicos. A homofobia é algo familiar e, ainda, consensual, sendo percebida como fenômeno banal: quantos pais ficam quietos ao descobrir a homofobia de um(a) filho(a) adolescente, ao passo que, simultaneamente, a homossexualidade de um(a) filho(a) continua sendo fonte de sofrimento para as famílias, levando-as, quase sempre, a consultar um psicanalista? (BORILLO, 2015, p. 17).

Nesses termos, o medo de que a identidade homossexual de um filho(a) seja reconhecida é uma das causas da homofobia, e gera sofrimento para todos os envolvidos: família e indivíduo homossexual. Também, a não aceitação da família sobre a homossexualidade de um filho(a) gera a não-identificação do indivíduo com o seu corpo e com sua identidade e, consequentemente, gera o discurso homofóbico, porque a família tenta banir a identidade homossexual dos filhos, através da homofobia.

Por conseguinte, o discurso homofóbico é o discurso que perpetua práticas discursivas de discriminação contra os homossexuais e tende a ser legitimado/validado pelo discurso religioso de algumas instituições religiosas, como as igrejas neopentecostais, que utilizam seus discursos apocalípticos para inculcar/perpetuar nos fiéis esse discurso discriminatório.

O Brasil ainda não tem uma lei específica para criminalizar a homofobia, ou seja, a Constituição Federal Brasileira não cita a homofobia diretamente como um crime. Todavia, define como “objetivo fundamental da República” (art. 3º, IV) o de “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, ou quaisquer outras formas de discriminação”. Entendemos então que a homofobia está inclusa no item “outras formas de discriminação” sendo considerado crime de ódio e passível de punição.

Dando continuidade à elaboração do arcabouço teórico, abordaremos na sequência os conceitos de Formação discursiva, imaginária e ideológica.

1.4 As Formações Imaginárias, Ideológicas e Discursivas

Entendemos que as relações/formações imaginárias são as representações discursivas num enunciado. O sujeito enunciador se inscreve em um lugar social (o que ocorre por identificação/desidentificação a um discurso recorrente que legitima seus dizeres), juntamente com seu *ethos*, a imagem que ele faz de si, do seu interlocutor e de seu referente (o assunto de que trata) que participam do processo discursivo. Neste lugar existe, em reciprocidade, uma antecipação das representações pelos enunciadores. Pêcheux supõe ser esse jogo de imagens (denominado por ele *formações imaginárias*) inerente à situação de comunicação. Delineia-se, aqui, a estruturação do processo de alteridade o qual concebe as condições de produção de

determinado ato discursivo. Portanto, todo processo discursivo pressupõe que, por parte do emissor, há uma antecipação das representações do receptor sobre a qual se assenta uma estratégia do discurso. É, pois, através das formações imaginárias que os dizeres enunciados vão tomando direcionamento.

A seguir, apresentamos o quadro de Pêcheux sobre as formações imaginárias.

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente
I _A (A)	Imagen do lugar de A para o sujeito colocado em A	“Quem sou eu para lhe falar assim ?”
I _A (B) I _B (B)	Imagen do lugar de B para o sujeito colocado em A	“Quem é ele para que eu lhe fale assim?”
I _B (A)	Imagen do lugar de B para o sujeito colocado em B	Quem sou eu para que ele me fale assim?
	Imagen do lugar de A para o sujeito colocado em B	Quem é ele para que me fale assim?

Figura 1: Quadro ilustrativo das formações imaginárias.
Fonte: do livro *Análise Automática do Discurso* (PÊCHEUX, AAD-69, p. 82¹⁸)

¹⁸

GADET, Françoise & HAK, Tony. (Org.) **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução Bethânia S. Mariani [et al]. 5 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

Como podemos perceber no quadro, as relações imaginárias são pontos e lugares em que destinador e destinatário se encontram. E, para Pêcheux, em todo segmento discursivo há essas relações imaginárias. Os sujeitos, em uma situação comunicativa, não são marionetes na situação de interação verbal; cada sujeito, tanto destinador quanto destinatário, sempre projeta/antecipa as possíveis situações, conjeturando possíveis desfechos para as situações comunicativas.

Pêcheux coloca as formações imaginárias, ainda, sob o viés da luta de classes, ao afirmar que

[...] a característica e o efeito da divisão em classes próprio ao modo de produção capitalista; ela aparece como tal ao nível das ideologias práticas, nas quais se encontra representada a ‘relação imaginária’ dos indivíduos com suas condições reais de existência” [...] Assim, a ‘espontaneidade proletária’, que resulta da representação da relação (imaginária) do proletariado com suas condições reais de existência, caracteriza a maneira pela qual este último pode ‘estar no verdadeiro’ (reconhecer que isso não pode durar, que é preciso fazer algo a esse respeito, etc.) sem nunca poder ‘dizer o verdadeiro’ (PÊCHEUX, 1995, p. 204). (Grifos do autor).

De tal modo, o autor reitera que as teorias marxistas e leninistas transformam a relação entre a forma-sujeito (a forma da existência histórica de qualquer indivíduo) e a prática política (luta de classes). Para ele, o sujeito nunca é autor do seu dizer, o que nos leva a acreditar que a representação da relação (imaginária) dos indivíduos é perpassada pela ideologia. Segundo Pêcheux, esse discurso é atravessado (consciente ou inconscientemente) pela ideologia e causa um efeito de assujeitamento ideológico, em que o indivíduo, influenciado pela forma capitalista da divisão de classes, elabora uma representação das relações (imaginárias) que o interpelam. Há um abismo entre o que se pode ou não dizer, porque o sujeito é assujeitado/interpelado, e, por isso, é transpassado pelas relações imaginárias, dentro das condições de produção de um discurso.

Então, cabe aos analistas do discurso desvendar que o que funciona nos processos discursivos é uma série de “formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (PÊCHEUX, 2014, p. 82).

Essas ponderações com base em Pêcheux são relevantes para a análise do *corpus*, porque é fundamental entender o funcionamento das formações imaginárias para revelar como a instância-sujeito se vê e como ela vê o outro (o outro, que seria apenas o reflexo dela mesma).

Para compreendermos as inscrições discursivas da instância-sujeito Marco Feliciano, valemo-nos do conceito de Formação Discursiva formulado por Pêcheux. A Formação Discursiva seria

[...] aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada, numa conjuntura dada, determinada pelo estado de lutas de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição de um programa etc.) (PÊCHEUX, 1995, p.160).

Com base nesta conceituação, tentamos esclarecer o porquê de essa instância-sujeito insistir em enunciar do lugar discursivo que ocupa, sem levar em consideração o que pode ou não ser dito, ou seja, ela ocupa um lugar determinado (que é sua inscrição no discurso político), no entanto acata a interferência de outros discursos que não fazem parte de uma inscrição no discurso político.

Para nos remetermos à luta de classes na linguagem/no discurso/na inscrição ideológica da instância-sujeito em estudo, seria preciso retornarmos às “coisas-a-saber”.

A questão aqui não é de saber se *O Capital* e as pesquisas que dele derivaram produziram o que chamei “coisas-a-saber”: mesmo para os adversários, os mais ferozes, do marxismo, o processo de exploração capitalista, por exemplo, constitui incontestavelmente, uma coisa-a-saber, da qual os detentores de capitais aprenderam a se servir tanto e, às vezes, melhor que aqueles que eles exploraram. O mesmo acontece para a luta de classes e várias outras “coisas-a-saber” (PÊCHEUX, 1997, p.37) (Grifos do autor).

Nesse sentido, compreendemos que as inscrições ideológicas da instância-sujeito Marco Feliciano perpassam a luta de classes revelada na posição que o sujeito Marco Feliciano ocupa. Consecutivamente, há a luta do discurso religioso, que é o discurso autoritário contra os fiéis, que aceitam esse discurso como verdadeiro.

De acordo com Pêcheux,

[...] as “coisas-a-saber” representam assim tudo o que arrisca faltar à felicidade (e no limite à simples sobrevida biológica) do “sujeito pragmático”: isto é, tudo o que o ameaça pelo fato mesmo que isto exista (o fato de que seja “real”, qualquer que seja a tomada que o sujeito em questão tenha ou não sobre a estrutura do real); não é necessário ter uma intuição fenomenológica, uma pegada hermenêutica ou uma apreensão espontânea da essência do tifo para ser afetado por essa doença; é mesmo o contrário: há “coisas-a-saber” (conhecimentos a gerir e a transmitir socialmente), isto é, descrições de situações, de sintomas e de atos (a efetuar ou evitar) associados às ameaças multifôrmas de um real do qual “ninguém pode ignorar a lei” – porque esse real é imperioso (PÊCHEUX, 1997, p.34-35). (Grifos do autor).

Essas “coisas-a-saber” são o real (realidade) interferindo nas discursividades que permeiam o discurso da instância-sujeito pesquisada, ou seja, é tudo aquilo que ela não diz, ou melhor, é o que ela diz, mas não quer que seja entendido (as “coisas-a-saber”). Podemos

entender que “coisas-a-saber”, no que se refere à instância-sujeito em estudo, seria o próprio discurso capitalista em que ela está inscrita, ao assumir uma posição de perseguição às minorias (capitalismo como dominação de classes); ou quando exige que os fiéis doem dinheiro, mesmo sem ter condições (capitalismo predatório, a exploração do outro, da classe dominada pela dominante).

Por isso, entendemos que a formação ideológica é um elemento regulador de uma FD, pois a FD é o elemento determinante do que se pode ou não se pode enunciar, de acordo com a FI presente na FD. Isso porque

a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos: esta lei constitutiva da *ideologia* nunca se realiza "em geral", mas sempre através de um conjunto complexo determinado de *formações ideológicas* que desempenham, no interior deste conjunto, em cada fase histórica da luta de classes, um papel necessariamente desigual na reprodução e na transformação das relações de produção [...] Por esta dupla razão, as formações discursivas intervêm nas formações ideológicas enquanto componentes (PÊCHEUX, 2014, p. 164). (Grifos do autor).

Notadamente, a FI não é uma entidade abstrata; ela se materializa na prática de uma determinada classe. Ela é explícita no modo de agir e de viver desse grupo de sujeitos, e, por isso, ela interfere na tomada de posição das instâncias-sujeito. Existe, portanto, uma luta/embate que pode ser observada, através da movência de sentidos em uma mesma FI. Para Pêcheux, a formação ideológica é a inscrição do sujeito em uma classe.

Sobre a formação ideológica religiosa, Pêcheux revela que

a *formação ideológica religiosa* constitui, no modo de produção feudal, a forma da *ideologia dominante*; ela realiza “a interpelação dos indivíduos em sujeitos” através do Aparelho Ideológico do Estado religioso “especializado” nas relações de Deus com os homens, sujeitos de Deus, na forma específica das cerimônias (ofícios, batismos, casamentos e enterros etc.) que, sob a figura da religião, intervêm, em realidade, nas relações jurídicas e na produção econômica, portanto, no próprio interior das classes de produção feudais. (PÊCHEUX, 2009, p. 165). (grifos do autor).

Esse pensamento de Pêcheux endossa o nosso pensamento sobre a nossa instância-sujeito Marco Feliciano, porque fica nítido na instância pesquisada que ele utiliza da formação ideológica religiosa para perpetuar sua ideologia preconceituosa sobre as minorias. E utiliza o discurso religioso para ratificar os seus dizeres enunciativos.

Ao analisarmos as inscrições discursivas da instância-sujeito Marco Feliciano, remetemo-nos ao conceito de condições de produção postulado por Pêcheux (2014), quando ele constitui o discurso como lugar legítimo de constituição de sentidos. Então, podemos

entender que esses sentidos configuram a anterioridade da enunciação, assim como também o acontecimento em sua relação geográfica, espacial, temporal e ideológica. Por isso, as inscrições discursivas da instância-sujeito Marco Feliciano ganham forma e sentido, de acordo com o espaço/lugar que ocupa.

Em suma, os aspectos teóricos discutidos neste capítulo embasam esta pesquisa, tendo em vista que o gesto de leitura proposto neste trabalho se torna mais consistente com os conceitos que foram mobilizados e que desempenharão papel importante durante a análise do nosso *corpus*. Nessa mesma direção, o capítulo 2 explicará as escolhas metodológicas feitas para o andamento da pesquisa.

CAPÍTULO II.

A CONSTITUIÇÃO DISCURSIVO-HOMOFÓBICA DA INSTÂNCIA-SUJEITO MARCO FELICIANO

Neste capítulo, apresentamos as ferramentas que utilizamos para subsidiar os procedimentos de análise. No primeiro momento, delineamos como se deu a constituição do *corpus* da pesquisa, a seleção dos recortes a serem analisados, bem como a sua forma de organização; logo após, explicamos os dispositivos metodológicos utilizados para a interpretação e análise dos dados.

2.1 *Corpus*

Para compor o quadro de análise, o *corpus* se constituirá da transcrição de dois vídeos retirados do site *YouTube* em que a instância-sujeito Marco Feliciano reproduz dizeres homofóbicos, além de uma entrevista feita com a instância em estudo, concedida à Revista *Playboy* (Abril/2014)¹⁹. Escolhemos trabalhar com esses gêneros, pois temos neles uma dinamicidade discursiva porque entendemos que, nos vídeos, a instância-sujeito tenta, pelos dizeres, a todo momento, denegar o discurso homofóbico e na entrevista há um jogo de articulação entre o entrevistador e o entrevistado. Nesse jogo a instância-sujeito tenta camuflar também os dizeres homofóbicos.

Sobre a forma de captação dos vídeos, primeiramente foi pesquisado no site de pesquisa Google as palavras-chave “homofobia”, “preconceito” e “Marco Feliciano”. Diante dessa pesquisa, apareceram inúmeros vídeos, e, dentre esses vídeos, não apareciam apenas vídeos com essas palavras-chave, mas apareceram também vídeos que evidenciavam dizeres capitalistas. A partir dessa regularidade, decidimos escolher dois vídeos: um que explicitava os dizeres homofóbicos e outro, que evidenciava o discurso capitalista.

Em relação ao primeiro vídeo, intitulado “Diversas intolerâncias de Marco Feliciano e seu envolvimento com o crime”, acessado em 09 de dezembro de 2014, o pastor Marco Feliciano aparece em um culto, proferindo dizeres de intolerância religiosa e homofóbicos, no qual ele deprecia as pessoas que seguem a igreja católica; pode-se perceber, pela gravação, que o vídeo é anterior à presidência da CDHM. Acerca do segundo vídeo, intitulado “Pastor Marco Feliciano pede senha do cartão de crédito”, acessado em 09 de dezembro de 2014, o

¹⁹

A transcrição completa dos vídeos e da entrevista está nos anexos I e II.

pastor também aparece em um culto pedindo/exigindo dinheiro dos fiéis, o sujeito Marco Feliciano se ancora na teologia da prosperidade para pedir dinheiro aos fiéis, evidenciando dizeres capitalistas. Selecionados os vídeos, fizemos a transcrição deles para podermos encontrar as regularidades que procurávamos: dizeres homofóbicos, preconceituosos e capitalistas. Após verificar as regularidades, retiramos as sequências discursivas pertinentes a essas regularidades.

Sobre os pormenores da entrevista, esta foi produzida no mês de abril de 2014, na 467^a edição da Revista Playboy. Revista mensal cujo conteúdo é masculino e adulto. Normalmente mostra mulheres nuas ou em posição sensual e sua venda é proibida a menores de 18 anos. Sua circulação começou no ano de 1953 nos Estados Unidos. Apesar do cunho sexual, a revista é notória pelas entrevistas que faz com políticos e artistas.

Optamos pela Revista Playboy justamente pela carga significativa que traz a revista: o que levaria um pastor a conceder uma entrevista a uma revista masculina? Uma revista a qual os evangélicos não iriam ter acesso, pois é considerada uma revista secular (profana). Se os seus pares não fariam a leitura de sua entrevista, qual o motivo de fazê-la? A entrevista foi muito criticada pelos evangélicos, mas o pastor se defendeu dizendo que a revista deu a ele o direito de resposta por ter sido atacado pelo humorista Gregório Duvivier.

Entendamos os fatos: a contenda entre Gregório e Feliciano começou no final do ano de 2013, quando o grupo “Porta dos Fundos”, de Duvivier, fez um vídeo intitulado “Especial de Natal²⁰” (em que os humoristas fazem paródias de passagens da Bíblia, retratando Jesus Cristo e figuras cristãs em cenas de humor). De acordo com Feliciano, o vídeo é uma “violação de direitos difusos de cidadãos cristãos”, por isso, no início de 2014, Marco Feliciano fez uma representação na Polícia Federal contra o vídeo, contudo o processo foi arquivado. Cumpre ressaltar que, na entrevista à Revista Playboy, o pastor Marco Feliciano afirma que não assistiu ao vídeo que processa o grupo Porta dos Fundos, ele diz que o vídeo foi visto pelos assessores dele, assessores nos quais ele confia muito.

É preciso, porém, explicar que a discórdia com os humoristas é anterior ao vídeo do Natal. Em 19 de agosto de 2013, Marco Feliciano criticou em seu perfil no *Twitter* um vídeo divulgado naquele mesmo dia pelo grupo de humor Porta dos Fundos no *YouTube*. O vídeo mostra a reação de profissionais de uma clínica de ginecologia ao encontrar imagem igual à de Jesus Cristo na vagina de uma mulher. Ele escreveu em seu *Twitter*: “Assim caminha a

²⁰ Vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=2VEI_tn090c>

humanidade... Vídeo podre! Ajudem a denunciar para retirá-lo do ar”, indicando o link para o vídeo do Porta dos Fundos no *YouTube*.

Diante dos fatos acima, em março de 2014, na edição de número 466, o humorista Gregório Duvivier concedeu entrevista à Revista Playboy. Ele falou sobre os vídeos, sobre os processos e sobre seu casamento. E, por causa dessa entrevista, Marco Feliciano, em abril, resolveu conceder entrevista à Playboy porque disse que havia sido atacado por Duvivier na edição anterior. Em seu blog ele escreveu que

após um ano de profícuo trabalho [na Comissão de Direitos Humanos e Minorias] e tendo encerrado o meu tempo e atingido metas inimagináveis de sucesso, os adversários não se deram por satisfeitos e continuaram os ataques pelos mais variados meios de comunicação. Entre outros, o fundador do site de ‘humor’ Porta dos Fundos, Gregório Duvivier, que em entrevista a uma revista masculina me humilhou tanto na minha pessoa, e pior, na minha fé, creio que em represália por eu ter acionado o MP para investigar o vídeo de Natal onde esse grupo vilipendiou a fé cristã apresentando a Sagrada Família de maneira grosseira e vulgar com palavras obscenas, que a meu ver seria uma atitude criminosa com os cristãos. A revista prontamente me deu o direito de resposta, o que fiz, procurando mostrar para esse público que o cristão é uma pessoa como outra qualquer, mas que procura viver sob o que determina a Palavra Sagrada (www.pastormarcofeliciano.com.br). (Grifos do autor).

Com essa declaração, entendemos que essa materialidade linguística é a que evidencia com mais recorrência as inscrições ideológicas nas quais a instância-sujeito se ancora para enunciar. Porque entendemos que nessa entrevista há uma denegação maior da instância-sujeito em relação ao discurso homofóbico. Dessa entrevista, também procuramos as regularidades, nas quais ficaram explícitos os dizeres homofóbicos, e retiramos as sequências discursivas que evidenciavam tais regularidades.

Ao mapear o *corpus*, podemos perceber que os discursos se imbricavam, então, os discursos homofóbico, capitalista e religioso estavam entrelaçados pelo fio do interdiscurso. Por isso, apesar de o nosso foco ser o discurso homofóbico, tivemos que perpassar pelos outros discursos.

A seguir, procederemos à descrição da metodologia.

2.2 Metodologia

No que diz respeito à análise das materialidades citadas, buscaremos seguir os critérios postulados por Santos (2004). Dessa forma, focalizaremos em sequências discursivas (SDs) que são definidas como um recorte de uma enunciação que evidencia a ocorrência de uma regularidade em análise, na medida em que tais regularidades demarcam especificamente o

centro das contradições que o pesquisador procura evidenciar, então, “as sequências discursivas [...] representam conjuntos de enunciados, recortados do escopo da manifestação em estudo, que sinalizam uma evidência por recorrência” (SANTOS, 2004, p. 114). Por meio das SDs, procuraremos evidenciar as regularidades na enunciação.

O que chamamos aqui de regularidades são o modo como as evidências se repetem em uma dada ordem no interior de um discurso, ou seja, “essas evidências aparecem como elementos de recorrência, de idiossincrasia enunciativa, ou, ainda, de efeito provocado pela natureza de organização dos sentidos na enunciação” (SANTOS, 2004, p. 114). O *corpus* será recortado de acordo com regularidades que apontem para as inscrições política-religiosa-homofóbicas da instância-sujeito. Em seguida, faremos a situação do texto na constituição enunciativa e, por fim, faremos ‘a interpretação das relações de causalidade’.

Procuraremos, por meio das SDs, significações que possam evidenciar o lugar discursivo que a IES se inscreve e qual sentido ela produz, uma vez que os dizeres enunciados por ela representam uma materialidade linguística da ideologia. Desse modo, seguimos na próxima seção com exposição das SDs que serão postas em análise no capítulo a seguir intitulado: Análise do *corpus* da IES de Marco Feliciano.

CAPITULO III.

ANÁLISE DO *CORPUS* DA IES MARCO FELICIANO

3.1 A incursão dos(nos) discursos

Iremos analisar os dizeres da instância-sujeito Marco Feliciano identificando os processos discursivos e suas condições de produção. Procuramos evidenciar através das regularidades discursivas se novas relações interdiscursivas foram constituídas em seus dizeres.

Analisamos, a seguir, algumas temáticas selecionadas nas sequências discursivas (doravante SD) que revelam as inscrições discursivas da instância-sujeito Marco Feliciano, a fim de explicitar como se constituem as discursividades que o permeiam.

A divisão das SD foi feita da seguinte forma:

- a) Transcrição de trechos do vídeo I, com SDs em que há a presença da intolerância religiosa e do discurso homofóbico;
- b) SDs da revista Playboy, com SDs em que há a presença do discurso homofóbico e
- c) Transcrição de trechos do vídeo II, com SDs em que há a presença do discurso capitalista.

A) TRANSCRIÇÃO VÍDEO I

Transcrição de trecho de vídeo veiculado na internet intitulado “Diversas intolerâncias de Marco Feliciano e seu envolvimento com o crime”. Acesso em 09 dez 2014. Neste vídeo, que é anterior à presidência da CDHM, ele revela algumas inscrições discursivas.
[\(https://www.youtube.com/watch?v=BwRDQnkYDAs\)](https://www.youtube.com/watch?v=BwRDQnkYDAs)

Deixa eu me explicar. Primeiro, eu conheço o Deus de pau. Não é o Deus dessa religião morta e fajuta que você está. Se há algum católico entre nós aqui, que eu duvido muito, mas se tiver está em busca de livramento, deixa eu te explicar uma coisa. Primeiro, você não pode sentir aquilo que nós sentimos, sem experimentar o Deus que nós servimos. Não pastor, não pastor, mas eu sou carismático. Eu até aprendi falar em línguas, botaram uma fita no rádio e eu decorei. Este avivamento é o avivamento de satanás! Porque o avivamento que provém de Deus, você não precisa ouvir fita para aprender, é o espírito que ensina. É ele quem dá. É ele quem fala. Deixa eu te dizer por que é que você não pode experimentar o mesmo avivamento que eu. Porque o seu Deus não é o mesmo que o meu Deus. Porque o meu Deus exige santidade. Santidade física e santidade de alma. Não adianta dizer para mim que o seu coração é de Deus, mas o seu corpo está entregue à prostituição, à idolatria

e a todas as misérias dessa vida. Quem é de Deus honra a Deus até no seu corpo, que é de Deus (aplausos). Não pastor, meu Deus é igual ao seu, e olha, eu tô até com ele aqui no meu pescoço. Eu vou dizer uma coisa, com todo respeito, o meu Jesus não foi feito pra ser enfeite de pescoço de homossexual, nem de pederasta, nem de lésbica. Meu Jesus não foi feito (andar). Um dia desses eu vi uma moça, eu sou cristã, quer ver? E me mostrou a canela dela, tinha uma correntinha e uma cruzinha assim, amarrada e um Jesusinho ali, eu falei: esse não é o meu Deus, porque o meu Jesus não nasceu pra ser enfeite de pescoço, de braço, de perna, nem pra ser enfeite de janela, nem pra ser enfeite de sala, nem pra ser enfeite de tampa de caixão, nem de porta de cemitério, o meu Jesus nasceu para estar no céu, glorificando seu pai.

[...]

Profetizo a falência do reino das trevas, profetizo o sepultamento dos pais de santo, profetizo o fechamento de terreiro de macumba, profetizo a glória do Senhor na terra.

SD1 - Intolerância religiosa

Deixa eu me explicar. Primeiro, eu conheço o Deus de pau. Não é o Deus dessa religião morta e fajuta que você está. Se há algum católico entre nós aqui, que eu duvido muito, mas se tiver está em busca de livramento, deixa eu te explicar uma coisa. Primeiro, você não pode sentir aquilo que nós sentimos sem experimentar o Deus que nós servimos. Não pastor, não pastor, mas eu sou carismático. Eu até aprendi falar em línguas, botaram uma fita no rádio e eu decorei. Este avivamento é o avivamento de satanás! Porque o avivamento que provém de Deus, você não precisa ouvir fita para aprender, é o espírito que ensina. É ele quem dá.

A intolerância religiosa se revela através de termos de valor semântico negativo (*não, satanas, fajuta, morta*) e da comparação (*eu conheço o Deus de pau. Não é o Deus dessa religião morta e fajuta que você está*). Quando a instância-sujeito nega o Deus dos Católicos, ao compará-lo com o dele próprio, enaltece o Deus que ele diz ser dele, como se a entidade Deus pertencesse a alguém, assim como atribui à religião católica adjetivos demeritório-negativistas, menosprezando-a. É a negação do Deus dos católicos que glorifica o Deus dele, ou seja dentro do espaço da FD (Deus dos protestantes X Deus dos católicos) o sujeito se constitui e ocupa a posição - sujeito que se reconhece como única fonte de verdade (você *não pode* sentir aquilo que nós sentimos sem experimentar o Deus que nós servimos). E ainda, desqualifica o poder da linguagem/língua dos católicos carismáticos atribuindo-as ao demônio. Ao negar a língua dos católicos, ele atribui poder e exclusividade à língua da religião que professa, como única. Neste trecho, a inscrição discursiva principal é a intolerância religiosa, a que Marco Feliciano mais recorre em seus enunciados. É através do discurso religioso intolerante e agressivo que ele inculca seus valores e legitima seu discurso. Passemos a SD2

SD2- Intolerância religiosa

Deixa eu te dizer por que é que você não pode experimentar o mesmo avivamento que eu. Porque o seu Deus não é o mesmo que o meu Deus. Porque o meu Deus exige santidade. Santidade física e santidade de alma. Não adianta dizer para mim que o seu coração é de Deus, mas o seu corpo está entregue à prostituição, à idolatria e a todas as misérias dessa vida. Quem é de Deus honra a Deus até no seu corpo [...]

Na sequência discursiva acima, a instância-sujeito prossegue com seu dizer de negação e agressividade acoplado a um julgamento de valor: católico é impuro, pecador (*Não adianta dizer para mim que o seu coração é de Deus,mas está entregue à prostituição, à idolatria e a todas as misérias dessa vida.*), e seu Deus é o bom, puro e permissivo (*Porque o seu Deus não é o mesmo que o meu Deus. Porque o meu Deus exige santidade. Santidade física e santidade de alma.*). Além disso, Feliciano se inscreve como sujeito que se santifica e glorifica no e pelo discurso religioso, porquanto se coloca como santo, porque obedece à santidade exigida por seu Deus e, para ele, somente os membros da igreja dele são “puros”. O discurso de segregação religiosa, intolerância e violência, que a instância-sujeito Marco Feliciano profere, revela um radicalismo profundo. De suas palavras emergem as formações discursivo-ideológicas, que se revelam no lugar patêmico do discurso, onde a paixão pelo que se acredita verbaliza e conceitua verdades absolutas, ou seja, deixa claro que sua igreja é única, perfeita, e aquela à qual todos devem aderir, tais afirmações estão presentes nas palavras: meu Deus, santidade. Na sequência a seguir há uma evidência da inscrição no discurso homofóbico.

SD3- Discurso homofóbico

Eu vou dizer uma coisa, com todo respeito, o meu Jesus não foi feito pra ser enfeite de pescoço de homossexual, nem de pederasta, nem de lésbica. Meu Jesus não foi feito (andar). Um dia desses eu vi uma moça, eu sou cristã, quer ver? E me mostrou a canela dela, tinha uma correntinha e uma cruzinha assim, amarrada e um jesusinho ali, eu falei: esse não é o *meu Deus*, porque o meu Jesus não nasceu pra ser enfeite de pescoço, de braço, de perna, nem pra ser enfeite de janela, nem pra ser enfeite de sala, nem pra ser enfeite de tampa de caixão, nem de porta de cemitério, o meu Jesus nasceu para estar no céu, glorificando o seu pai.

A instância-sujeito se inscreve no discurso religioso para manifestar sua homofobia, em que pese uma desculpa esfarrapada (*[...]com todo respeito, o meu Jesus não foi feito pra ser enfeite de pescoço de homossexual, nem de pederasta, nem de lésbica*). “Com todo respeito”, a quem? Aos católicos, aos homossexuais, às outras pessoas não homofóbicas? A fala serve apenas para camuflar seu ódio e sua intolerância pelos diferentes.

Temos nesta sequência, o atravessamento do discurso homofóbico no discurso religioso, ou seja, ele se utiliza do discurso religioso para legitimar seu discurso homofóbico.

Constatamos ainda o lugar da denegação no discurso religioso, pois o sujeito professa a crítica sobre o uso de imagem de santos que a da igreja católica faz, (Jesus como enfeite de pescoço), e afirma o lugar de sua igreja, sem precisar enaltecer-la explicitamente. Denegar aqui significa dizer sem precisar dizer, sem precisar causar conflito, pois já é fato comum, para os evangélicos, criticarem os cristãos católicos pelo uso de imagens (enfeite de pescoço), desta forma o sujeito relaciona o uso de imagens da igreja católica aos homossexuais para estabelecer comparações entre as religiões e determinar a correta, a pura como aquela que glorifica o pai (Deus) no céu.

O que a instância-sujeito faz é uma inversão dos valores bíblicos para se fazer aceito, porque boa parcela dos fiéis, ou não sabe interpretar textos bíblicos, ou tomados por completa ignorância acredita veementemente nas palavras do pastor que naquele momento representa Deus. A SD4 evidencia mais uma vez a intolerância religiosa da instância-sujeito analisada.

SD4- Intolerância religiosa

Profetizo a falência do reino das trevas, profetizo o sepultamento dos pais de santo, profetizo o fechamento de terreiro de macumba, profetizo a glória do Senhor na terra.

Nesta passagem, emerge dos enunciados, novamente, o discurso que revela a intolerância religiosa, desta vez de uma forma mais severa, já que a instância-sujeito prevê o desaparecimento da entidade “pais de santo” e “dos terreiros de macumba” que deveriam ser visto e aceito enquanto patrimônio cultural, pois representa a cultura e costume africano em nosso país. Tal intolerância se manifesta pelo uso do verbo profetizar e dos sentidos negativos, que são construídos para as palavras trevas, país de santo e terreiro de macumba, ou seja, o pastor profetiza naquele momento para o mal. E em sequencia na ressignificação da mesma palavra (profetizo para o bem, a “Glória do senhor na terra”) quando se trata de sua religião.

B) SDs DA REVISTA PLAYBOY

Em SD05 temos o tema da união estável entre homoafetivos:

SD05

Qual é o problema com a união estável entre homossexuais?

Nenhum, nunca tive problema com união estável. O meu grande problema com tudo isso aí é que eu estudo. Se a pessoa estudar, ela chega a denominadores

comuns. O controle de natalidade, esse é um pensamento que vem da ONU para cá. Para segurar a população, só existem duas formas: aprovar o aborto, matar a semente, não ter o ônus de nascer mais um ser humano que vai se digladiar por um prato de comida ou um copo de água; ou incentivar o casamento entre pessoas do mesmo sexo, que elas vão ter o bônus do casamento, que é o prazer, e não vão ter filhos. Então, se não nascem filhos e se abortam crianças, o mundo se mantém equilibrado.

Em SD05, a IES ao negar duas vezes sua relação com a união estável, com os termos “nenhum” e “nunca”, a inscreve em um processo de denegação da homofobia, ou seja, o enunciado negativo é necessariamente a manifestação de outro(enunciado) afirmativo, o sujeito nega, mas na verdade não polemiza o sua opinião de ser contra o união estável, os homossexuais, o aborto etc.. Essa denegação ocorre porque, de acordo com Borillo (2015),

a violência irracional contra gays é o resultado da projeção de um sentimento insuportável de identificação inconsciente com a homossexualidade experimentada como intolerável. A violência contra os homossexuais é apenas a manifestação de ódio de si mesmo, ou melhor dizendo, da parte homossexual de si que o indivíduo teria vontade de eliminar (p. 97).

Partindo da citação de Borillo, podemos entender também que há uma denegação da homofobia por parte da instância-sujeito, porque existe uma identificação inconsciente com a homossexualidade que, a todo instante, ele tenta denegar através dos termos “nenhum” e “nunca”. A denegação do discurso homofóbico revela uma asseveração por autoridade da posição da instância-sujeito na clivagem do sentido interpelado.

Esmiuçando a SD, temos ainda a seguinte formação imaginária (Pêcheux, 2014, p. 82) – “quem sou eu para lhe falar assim?”.

Teremos:

A: Nenhum, nunca tive problema com união estável.

A: Elas vão ter o bônus do casamento, que é o prazer, e não vão ter filhos.

Na SD recortada para análise, as palavras *não* e *bônus* aparecem como processo de denegação do discurso homofóbico, uma vez que Borillo (2015) ressalta que a homofobia é um desejo inconsciente e, por isso, a IES tenta legitimar seu discurso de que não seja homofóbico, no entanto, ratifica a homofobia ao usar os termos “não” e “nunca”.

A julgar pela SD ainda temos a seguinte questão elaborada por Pêcheux (2014, p. 82) – “quem é ele para me falar assim?” – porque, ao dizer sobre os estudos, configura um tom de autoridade da instância-sujeito porque ele enfatiza que estuda, no trecho “é que eu estudo”, para a IES o fato de estudar não se configura como um problema para uma tomada de posição na relação com um sentido que o interpela (o conhecimento sobre a união estável).

A inscrição no discurso acadêmico (estudos) revela uma enunciação inscrita em um lugar discursivo de autoridade perante um conhecimento. Há uma espécie de expressão de autoridade como forma de asseveração de uma tomada de posição no interior do discurso homofóbico.

Temos na SD06 mais uma tentativa de explicar a aversão à união estável homoafetiva:

SD06

É tudo um grande plano para conter a natalidade?

Em outubro passado veio a notificação da ONU: se o Brasil não votasse a lei que criminaliza a homofobia, perderíamos a nossa cadeira na Comissão de Direitos Humanos da ONU. Para que isso? União estável é um pedaço de papel, o problema não é esse, mas o que esse papel vai dar direito a essas pessoas. Como o direito à adoção de crianças, que sou redondamente contra.

Assim, A SD06 mostra que a IES tenta generalizar a homofobia, como se não fosse um dos problemas brasileiros em evidência no momento. Além disso, tenta desvalorizar a união estável entre homoafetivos, usando os termos “pedaço de papel”, para sugerir que a união estável entre homoafetivos é uma união frágil, sem durabilidade. O que sugere uma denegação do discurso homofóbico porque, na realidade, o que a IES não deseja é que eles constituam família, para poderem adotar crianças. Tal argumentação vai ao encontro do conceito de heteronormatividade defendido pela bancada evangélica, da qual faz parte.

A SD07 temos:

SD07

Esse casal não pode ter carinho e compreensão para criar uma criança, mais até que um casal heterosexual?

Esse aí é o discurso mais lindo dos socialistas. O problema é que quem estuda psicologia vai lembrar que Freud disse: tudo o que uma criança vê, ouve e sente, de zero a 7 anos, na primeira fase, e de 7 a 12 anos, será a base da sua estrutura para sempre. Já li 80 livros sobre a homossexualidade, até para poder ir aos debates. Noventa por cento dos psicólogos afirmam: 80,85% dos casos de homossexualidade são decorrentes de abuso sexual na infância. Dez por cento, de problemas de relacionamento. Não sou eu quem está dizendo, é a psicologia. Quando você conversa com eles, e eles têm coragem, vão dizer: eu fui abusado sexualmente.

A IES quer a todo instante argumentar em cima da tese de que estuda, por isso pode dizer sobre o assunto. Isso pode ser percebido a partir dos enunciados “quem estudou psicologia” e “Já li 80 livros sobre a homossexualidade”. Aqui temos novamente a formação imaginária - “quem sou eu para lhe falar assim?” – porque a IES quer se inscrever em um lugar discursivo de uma IES que estuda, e que, por isso, sua tese está correta. A imagem do eu

– político – que estuda, que é informado sobre o assunto, e que por isso pode emitir juízo de valor sobre o tema. No entanto, a IES se esquece de que o próprio conselho de psicologia já se manifestou contrário a este lugar discursivo em que a IES está inscrita, o que evidencia um atravessamento na enunciação que ele novamente denega o discurso da homofobia. Para Borillo

entre os homens heterossexuais, um elemento considerado igualmente como facilitador da homofobia parece ser a inveja inconsciente em relação aos gays, percebidos como desvencilhados da obrigação de corresponder ao ideal masculino e como se tivessem sido beneficiados com maior liberdade sexual. Mas, na impossibilidade cultural de realizar tal desejo, este se transforma em hostilidade contra os entes invejados (2014, p. 97).

A citação acima revela o que está nas entrelinhas da SD07 que ao tentar comparar a pedofilia com a homossexualidade, a IES se inscreve no discurso homofóbico, o que é justificado com as palavras de Borillo porque o sentimento de inveja inconsciente em relação às pessoas homoafetivas terem o direito de adotar crianças e constituir família, o que fugiria do padrão estabelecido pela sociedade e principalmente pelos evangélicos. A tentativa de vincular o homossexualismo com o sentido de abuso sexual parece ser apenas uma forma de denegação do discurso homofóbico.

Em SD08 ele diz que:

SD08

O senhor cogita a hipótese de que um homem pode ter prazer pelo ânus?

Com certeza, tem homens que têm tara por ânus, sim. Eu não entendo muito dessa área porque nunca fiz, porque parece que quem faz não volta mais. *[Risos]* Deve ser uma coisa tão estranha...

Há uma denegação por parte da IES quando diz que não faz sexo anal porque quem faz não volta mais. No enunciado “Eu não entendo muito dessa área porque nunca fiz, porque parece que quem faz não volta mais” fica evidente no seu dizer que ele tem receio de praticar o sexo anal, porque pode gostar, e, por isso, pode-se tornar adepto, ou seja, homossexual. O uso da palavra nunca enfatiza o lugar de negação do sujeito no que diz respeito a ser ou não, homossexual, (ele nunca fez sexo anal, portanto não é homossexual). De acordo com Sussal, 1998 (In Borillo, 2014)

a homofobia seria uma disfunção psicológica, resultado de um conflito mal resolvido durante a infância e que provocaria uma projeção inconsciente contra pessoas, supostamente homossexuais. Esse mecanismo de defesa permitiria reduzir a

angústia interior de se imaginar em via de desejar um indivíduo do mesmo sexo (BORILLO, 2014, p. 97).

Nesse sentido, o medo ou receio parece ser uma forma de denegação (eu não entendo muito dessa área) de um desejo que o sujeito possui, um desejo inconsciente e que não foi resolvido ou foi mal resolvido na infância. O que revela Sussal é ratificado por Freud (1996) quando ele diz que o desejo precisa ser recalado para não causar danos em sua vida. E esse recalque, em SD08, se dá em forma de denegação discursiva da homofobia nos enunciados “eu não entendo” e “quem faz não volta mais”, figurando a angústia da IES sobre o tema abordado.

Passemos à SD09:

SD09

A pedofilia é um crime. O senhor considera um homem que dorme com outro homem equivalente?

Não porque, como você disse, há consenso entre os dois. Para mim, é, no mínimo, mau gosto e, no máximo, imoral.

Há indícios de uma inscrição no discurso homofóbico em SD09 quando a IES em seus dizeres desqualifica os homossexuais, usando as palavras “mau gosto” e “imoral”. Uma denegação discursiva que se manifesta por meio de termos que remetem a aspectos negativos, o que qualifica o dizer como perpetrador do discurso homofóbico. Como nos diz Indursky “tal elemento permanece recalado na FD, manifestando-se em seu discurso apenas através da modalidade negativa (1990, p. 120)”. Nesse caso, a leitura que atribuímos à SD08 e à SD09 é de que existe uma negação expressa por dizeres que significam um desejo recalado. Ao enunciar que “quem faz não volta mais”, existe neste enunciado um temor que deve ser “escondido”, no qual se revela na SD09 no enunciado “mau gosto”, pois, para recalcar algum sentimento ou vontade, o inconsciente deve negar aquele desejo e a negação acontece na enunciação da IES através da negação discursiva. Passemos à SD10:

SD10

Mau gosto precisa ser regulado pela Câmara dos Deputados?

Mas não estamos regulando nada aqui. Nós só tratamos de direitos civis. Agora, quando falam de casamento, mostro aonde isso vai dar. Uma criança não tem como se defender. E eles vão poder adotar crianças. Vão poder botar aqui na sala um menininho de 6, 7 aninhos e pôr na cabeça dele que tem dois homens transando no quarto. Isso se eles fizerem dentro do quarto, não sei como vão fazer mais. Luiz

Mott (antropólogo baiano, fundador do Grupo Gay da Bahia) já disse que, entre 20 e 40 anos de idade, teve 500 parceiros. Quinhentos parceiros!

Há uma contradição nos dizeres da IES quando diz que “não estamos regulando nada” e “Nós só tratamos de direitos civis”, pois o papel da CDHM é preservar os direitos das minorias, ou seja, regulamentar os direitos civis dos homoafetivos. Resguardar direitos é uma obrigação prescrita na constituição brasileira e aceitar as diferenças também.

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) é uma das 21 comissões permanentes da Câmara dos Deputados, onde atua como órgão técnico constituído por 18 deputados membros e igual número de suplentes, apoiada por um grupo de assessores e servidores administrativos. Suas atribuições constitucionais e regimentais são receber, avaliar e investigar denúncias de violações de direitos humanos; discutir e votar propostas legislativas relativas à sua área temática; fiscalizar e acompanhar a execução de programas governamentais do setor; colaborar com entidades não-governamentais; realizar pesquisas e estudos relativos à situação dos direitos humanos no Brasil e no mundo, inclusive para efeito de divulgação pública e fornecimento de subsídios para as demais Comissões da Casa; além de cuidar dos assuntos referentes às minorias étnicas e sociais, especialmente aos índios e às comunidades indígenas, a preservação e proteção das culturas populares e étnicas do País. [...] O principal objetivo da CDH é contribuir para a afirmação dos direitos humanos. Parte do princípio de que toda pessoa humana possui direitos básicos e inalienáveis que devem ser protegidos pelos Estados e por toda a comunidade internacional. (CÂMARA DOS DEPUTADOS <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/conheca-a-comissao>>).

Então há um equívoco por parte da IES, porque a tarefa da CDHM é de preservar os direitos humanos, independente de cor, raça ou opção sexual. Na SD10, percebemos também o discurso homofóbico que é o “medo, aversão e ódio, resultando em desprezo pelos homossexuais” (RIOS, 2009, p. 60), no enunciado “Uma criança não tem como se defender”, há uma tentativa de associar a pedofilia aos homoafetivos, procurando menosprezar os homoafetivos com dizeres de desprezo, e buscando convencer que os homoafetivos são prejudiciais às crianças, e que por isso eles não poderiam ter o direito de adotá-las, e ratifica o a seu pensamento com pesar no enunciado “E eles vão poder adotar crianças”.

A SD11 aborda o mesmo tema da SD 10.

SD11

O senhor não teme estar generalizando ao associar a promiscuidade ao homossexualismo?

Eu defendo a base da família, que é algo puro e santo, sagrado para mim. Em todas as sociedades, antes da sociedade, antes do Estado, vem a família. Os direitos, as grandes leis nasceram dentro da família. As religiões nasceram dentro da família. E a família, para mim, é homem e mulher e aquilo que gerar disso. Qualquer coisa contrária a isso, para mim, é contrária à própria criação e natureza humana.

Há uma defesa da IES pela família tradicional (pai/homem e mãe/mulher) no enunciado “Eu defendo a base da família, que é algo puro e santo, sagrado para mim”, ou seja, uma relação interdiscursiva na qual os discursos das temáticas família x religião x política se misturam, se cruzam, e reafirmam o lugar constitutivo da IES. Voltamos às formações imaginárias de Pêcheux (2014, p. 82) – “Quem sou eu para lhe falar assim?”. Aqui percebemos a seguinte imagem da IES: “eu sou pastor e por isso defendo a família tradicional e estou apoiado na religião que dita o que é certo, e, porque sou pastor, represento a voz de Deus, tenho o direito de defender o que acho correto, e posso fazer isso porque sou pastor e político.

O lugar constitutivo defendido pela IES é a família tradicional (pai/homem e mãe/mulher) “a família, para mim, é homem e mulher e aquilo que gerar disso”, mas, por que defender uma família tradicional se a sua própria família não era assim? Qual seria o motivo de a IES insistir em se inscrever em um discurso familiar do qual nunca fez parte, se a sua família nunca teve um pai? Para a IES, a religião deve regular o conceito de família e este deve ser balizado pela política.

Na SD abaixo, o tema é a pedofilia.

SD12

Não há pedofilia na Igreja Católica?
Há. Como há em todo lugar.

Há pedofilia em sua Igreja?

Há pedofilia na minha Igreja. Sim, há pedofilia entre os evangélicos, isso é do ser humano. Veja só, a Igreja Católica é uma instituição de 2 mil anos, com 1 bilhão de membros. Tem centenas de milhares de líderes. Quando aparece isso, são casos isolados, e a igreja trata dos assuntos.

Nos enunciados “Há. Como há em todo lugar” e “há pedofilia na minha Igreja”, a IES procura colocar as duas religiões em papel de igualdade, expondo que o erro existe nas duas, esse enunciado faz emergir uma contradição, porque na SD11 a IES sugere que a pedofilia é característica do homoafetivo, e, para a IES, na sua igreja não há homoafetivos. Todavia, a IES, ao dizer “há pedofilia entre os evangélicos”, tenta justificar o problema da pedofilia em sua igreja enunciando que “isso é do ser humano”. Existe na IES um processo de identificação e desidentificação de acordo com as condições de produção na qual está inserida, por isso a

IES se apropria de determinados dizeres e entra em processo de contradição de seus dizeres, a fim de justificar suas tomadas de posição.

A SD13 é sobre os crimes de homofobia.

SD13

Crimes de homofobia são mentiras?

Não são mentiras, mas são exageros. Num país com mais de 50 mil assassinatos por ano, 2012 teve 270 crimes tidos como de homofobia. Desses, apurados um a um, 70% foram crimes passionais. Crimes cometidos pelo parceiro homossexual. E o restante, crimes tidos como homofóbicos porque morreu um homossexual, mas que não foram elucidados. Existe, sim, gente louca, skinhead, mas eu desafio você a me mostrar um evangélico que bateu num gay. E a comunidade gay quer jogar a culpa na gente.

O enunciado “Não são mentiras, mas são exageros” há uma tentativa de desqualificar os crimes por homofobia. Além disso, no enunciado “mas eu desafio você a me mostrar um evangélico que bateu num gay” existe uma tentativa, por parte da IES, em se colocar em um lugar discursivo em que os evangélicos, de qualquer igreja, são melhores, mais humanos, e por isso não batem em homossexuais. A IES tenta, a todo momento, colocar o seu dizer como verdadeiro, esquecendo-se de que existem dados que refutam a sua tese, como mostra, por exemplo, o relatório elaborado pelo Grupo Gay da Bahia

entre 1980-2005, foram assassinados no Brasil 2.511 homossexuais, em sua maior parte vítimas de crimes homofóbicos, nos quais o ódio pela homossexualidade se manifesta através de requintes de crueldade com que são praticados tais homicídios: dezenas de tiros ou facadas, uso de múltiplas armas, tortura prévia, declaração do assassino “matei porque odeio gay!” [...] No Brasil registra-se [...] um crime de ódio anti-homossexual a cada 3 dias. Dois por semana. Oito por mês. Uma média de 100 homicídios anuais. A partir de 2000 essa média vem aumentando: 125 crimes por ano, sendo que em 2004 atingiu o recorde: 158 homicídios. [...] Se comparado com outros países do mundo, numa lista de 25 nações sobre as quais há informações disponíveis, incluindo Irã, Arábia, Somália, Argentina, Peru e Colômbia, além dos principais países europeus, o Brasil ocupa o vergonhoso primeiro lugar, com mais de cem crimes homofóbicos por ano, seguido do México com 35 mortes anuais e dos Estados Unidos, com 25 – sendo que este país, além de ter 100 milhões de habitantes a mais, dispõe de coleta rigorosa de estatísticas sobre “hate crimes” – crimes de ódio, enquanto no Brasil tais dados dependem do limitado levantamento em jornais e Internet. [...] Segundo o antropólogo Luiz Mott, fundador do GGB e responsável por esta pesquisa: “estes números são apenas a ponta de um pavoroso iceberg de ódio e sangue. Não estamos sendo vitimistas nem exagerando ao indicar que certamente todo dia ao menos um homossexual é assassinado no Brasil, embora tais informações nem sempre cheguem até os militantes. Prova disto é que em 2004 foram registrados 158 crimes e em 2005 este número baixou incrivelmente para 81 – infelizmente não porque estamos conseguindo erradicar o ódio homofóbico ou porque os gays estão se cuidando mais. Tal redução pela metade se deveu à suspensão do “clipping” semanal sobre homicídios, devido à falta de financiamento para a manutenção desta pesquisa (MOTT, 2005, p. 1).

Com base nesse relatório, fica claro que os crimes de homofobia não são exageros. Na verdade, a média é de 1000 assassinados a homossexuais por ano, e esses crimes são incentivados por pessoas ou IES que proferem discursos homofóbicos. Esse relatório é do ano de 2005 e ainda não temos o relatório mais recente (por falta de financiamento), no entanto, como o discurso homofóbico está sendo perpetuado, a perspectiva é de que os crimes continuem acontecendo e que continuem altos os índices de mortes por homofobia. O posicionamento da IES em relação a esse tema revela o seu total descaso ou desconhecimento do assunto, porque demonstra uma intolerância aos homoafetivos, e

a intolerância viola o direito à existência simultânea das diversas identidades e expressões da sexualidade, que é um bem comum indivisível. Uma vez açãoada, a intolerância ofende o pluralismo, que é requisito para a vida democrática. Daí a compreensão de que os chamados crimes de ódio, manifestação que merece intensa reprovação jurídica, atentam contra a convivência democrática (RIOS, 2009, p. 79).

Portanto, não é cabível, em pleno século XXI, ainda existir intolerância a expressões da sexualidade, não se deve desrespeitar seres humanos devido a sua opção sexual. Faz-se necessário regulamentar a homofobia como crime e garantir o direito de ir e vir daqueles que estão inseridos na chamada “minoría”

Passemos agora à análise do segundo vídeo.

C) TRANSCRIÇÃO VÍDEO II

Transcrição de trechos de vídeo veiculado na internet intitulado “Pastor Marco Feliciano pede senha do cartão de crédito”. Acesso em 09 dez 2014. (<https://www.youtube.com/watch?v=rs5BjMxTmMM>)

Trecho 1

Eu acho que todo mundo que tem talão de cheque tinha que fazer alguma coisa, vai perder a chance, as coisas são feitas com seriedade. Pastor, eu não posso mil, não posso quinhentos, eu posso fazer cem para daqui noventa dias? Pode. O que não pode é ficar me olhando com essa cara feia, falando: para logo, pastor, para logo. Porque temos uma meta aqui, temos uma meta, e você vai comer do melhor da terra daqui a pouco.

Trecho 2

Esse daqui é a última vez que eu falo: Samuel de Souza doou o cartão, mas não doou a senha. Assim não vale. Depois vai pedir o milagre pra Deus, Deus não vai dar, vai falar que Deus é ruim.

Neste trecho, percebemos a relação interdiscursiva com a presença do discurso capitalista revolto no discurso religioso, porque a IES utiliza o espaço religioso, ou seja, a sua posição de pastor para perpetuar o discurso capitalista. Vamos perscrutar as sequências discursivas para podermos entender como se constroem as discursividades.

SD14- Discurso capitalista

Eu acho que todo mundo que tem talão de cheque tinha que fazer alguma coisa, vai perder a chance, as coisas são feitas com seriedade. Pastor, eu não posso mil, não posso quinhentos, eu posso fazer cem para daqui noventa dias? Pode.

A sequência evidencia como a instância-sujeito se inscreve no discurso capitalista (talão de cheque). Nesse sentido, percebemos que a Teologia da Prosperidade é colocada em foco, pois o sujeito se resguarda na instituição da Igreja para legitimar o seu discurso. Os dizeres estão inseridos na seguinte formação imaginária – “Quem sou eu para lhe falar assim?” (Pêcheux, 2014, p. 82), porque a imagem que a IES tem de si é a de que é um pastor(aquele que representa a voz de Deus) e que por isso pode dizer o que quiser e as pessoas/ fiéis devem aceitar seu discurso como verdadeiro. Então, os fiéis devem doar o seu dinheiro porque isso seria o correto a ser feito, de acordo com os dizeres da IES. No discurso que revela duplicidade, capitalismo e religião, aflora, também, a ideologia da divisão de classes sociais: a igreja (o pastor, como a figura da classe dominante, o poder) tenta convencer os fiéis (a classe dominada) a doar. Na próxima SD, a IES continua com o mesmo discurso capitalista entrecruzando o discurso religioso:

SD15- Discurso capitalista

Esse daqui é a última vez que eu falo: Samuel de Souza doou o cartão, mas não doou a senha. Assim não vale. Depois vai pedir o milagre pra Deus, Deus não vai dar, vai falar que Deus é ruim.

Nesta sequência discursiva, mais uma vez fica evidente a inscrição da instância-sujeito no discurso da Teologia da Prosperidade, do “toma lá, dá cá”: fiéis que não doam não recebem bênçãos de Deus. Novamente, surge a negação como elemento inspirador da arrecadação de dinheiro: não doa, não recebe. Com tal discurso, é possível que os fiéis se sintam coagidos a fazerem doações. Um deles chega a doar seu cartão de crédito, mas é imediatamente criticado por não entregar a senha dele. Mais uma vez, o discurso capitalista aflora, cruzando o religioso, desempenhando seu verdadeiro papel: usurpar dos humildes o

que puder. Ao contrário do que ocorre com as demais religiões cristãs, virtudes como caridade e compaixão não se inserem no discurso religioso de Feliciano.

SD16- Discurso capitalista

Pastor, eu não posso mil, não posso quinhentos, eu posso fazer cem para daqui noventa dias? Pode. O que não pode é ficar me olhando com essa cara feia, falando: para logo, pastor, para logo. Porque temos uma meta aqui, temos uma meta, e você vai comer do melhor da terra daqui a pouco.

Desta sequência, emerge a dominação e o fascínio que o discurso da instância-sujeito exerce com suas perguntas, que aparentemente teriam sido feitas por fiéis. Sua fala se inscreve no discurso capitalista, pois, para conseguir as doações, ele estipula os valores a serem pagos e os prazos para esses pagamentos. O discurso aponta que, realmente, não importa quanto se doe, contanto que se doe alguma quantia, pois ele tem de arrecadar. Ainda, seu discurso agressivo e amedrontador reflete ameaça (*O que não pode é ficar me olhando com essa cara feia [...]*). Um discurso que não condiz com o discurso religioso, de paz, de espírito de solidariedade, caridade e amor, elementos que levam as pessoas a fazerem as doações por livre decisão e não por coação. No final do seu discurso, ele procura amenizar suas duras palavras, prometendo aos fiéis o alcance de bens terrenos (“e você vai comer do melhor da terra daqui a pouco”).

3.2. Considerações acerca das SDs

Escolhemos a entrevista Playboy como *corpus* da pesquisa, porque nos inquietou a ideia de que um pastor escolheria esse tipo de revista para conceder uma entrevista, revista que, por conter fotografias de mulheres seminuas e ser uma revista profana, não seria lida pelos seus fiéis.

Por que então a escolha desse tipo de veículo de comunicação? Apenas uma exposição? Apenas um direito de resposta? Resposta a um vídeo que, segundo a IES, foi vista apenas pelos seus assessores. Então, qual seria o real motivo de tanta exposição? Alcançar um público que ainda não o conhece?

Ao iniciar a nossa análise buscamos a resposta para essa pergunta e compreendemos que a IES, inscrita no discurso capitalista, desejava alcançar um público maior, não queria ficar restrita somente ao seu nicho de mercado (os evangélicos da Catedral do Avivamento), por isso precisava de um veículo de comunicação que abrangesse um número irrestrito de leitores, ou seja, futuros fiéis, pagadores de dízimo, seguidores de suas crenças.

Ao escolher os vídeos, como *corpus* desta pesquisa, pensamos que os dizeres da IES seriam apenas homofóbicos, mas, ao fazer uma pesquisa nos meios de comunicação na qual o sujeito proferiu seus dizeres, percebemos que neles estavam imbuídos também materialidades que revelavam discurso capitalista, e o enriquecimento de sua igreja.

Assim, as sequências discursivas analisadas nos permitiram identificar as formações discursivas nas quais a instância-sujeito Marco Feliciano está inscrita: a inscrição da instância-sujeito no discurso da *intolerância religiosa*, nos quais ela utiliza enunciados para depreciar as outras religiões; há a inscrição no *discurso homofóbico*, com a comparação dos homoafetivos com pederastas, além da incitação à homofobia, que é crime; há a inscrição no *discurso capitalista*, ou seja, o sujeito a todo o momento exige dinheiro dos fiéis, a fim de angariar fundos para sua igreja. Todos esses discursos estão sempre dissimulados sob o viés do discurso religioso, que o ajuda a camuflar a intolerância, para legitimar suas inscrições ideológico-político-religiosas e preconceituosas. De tal forma, os dizeres do sujeito estão ancorados nas condições de produção que o sujeito estava inscrito: a igreja.

Ao realizar a análise das sequências, percebemos a presença do interdiscurso na inscrição no discurso homofóbico, revestida do discurso de ódio²¹, evidenciando quando a IES tenta, a todo momento, denegrir a imagem dos homoafetivos, tenta desqualificar os crimes de homofobia, além de tentar colocar os homoafetivos como pedófilos. Ademais, a inscrição no discurso capitalista, revestido de discurso de ódio, está perpassada quando a IES, para obter um lucro maior, “adestrava” os fiéis a “doarem” dinheiro para sua igreja.

Evidenciamos também que a maioria dos seus dizeres são perpassados pelas contradições, isto é, a IES não se inscreve em seus próprios dizeres, e a todo momento os ressignificam de modo a se contradizer. Esses dizeres a todo instante entram em contradição, porque, em determinado momento, a IES manifesta uma inscrição discursiva, mas, em outro momento, para justificar outro posicionamento, entra em contradição.

Assim, a IES deixa manifestar suas inscrições discursivas que são construídas a partir de lugares discursivos que são deslocados conforme o lugar social que ocupa. Há um processo de (des)identificação entre os dizeres religiosos, políticos, capitalistas e homofóbicos. A inscrição no discurso homofóbico é uma constante em seu discurso, e a perpetuação desses dizeres produz inscrições contraditórias quer no meio religioso quer no meio político.

²¹ “O discurso que visa à promoção do ódio e incitação a discriminação, hostilidade e violência contra uma pessoa ou grupo em virtude de raça, religião, nacionalidade, orientação sexual, gênero ou outra característica de um determinado grupo” (www.artigo19.org/centro/files/discurso_odo.pdf)

Para ilustrar as relações interdiscursivas descritas na IES Marco Feliciano apresentamos o *cartoon*²² que tenta traduzir o lugar discursivo do sujeito:



Figura 2 - Cartoon (Internet)

Em suma, podemos compreender pelo *cartoon* acima que o discurso da IES analisada é perpassado pelo discurso de ódio, e esse discurso, ao que parece, está sendo perpetuado pela sociedade atual. A todo instante assistimos aos jornais e são relatados crimes de ódio: contra homossexuais, mulheres, crianças, idosos, ao que parece a sociedade brasileira vive uma “crise” moral que não consegue compreender e valorizar os direitos humanos, o direito à igualdade que toda pessoa tem. E isso acontece porque o discurso de ódio é perpassado por IES como a analisada nesta pesquisa. Podemos resumir a constituição discursivo-homofóbica da instância-sujeito Marco Feliciano desta forma:

²² Cartoon retirado da página <<http://consciencia.blog.br/2016/11/charge-odio-esquerda.html#.WJCBkzjpzSU>> Acesso em agosto de 2016.

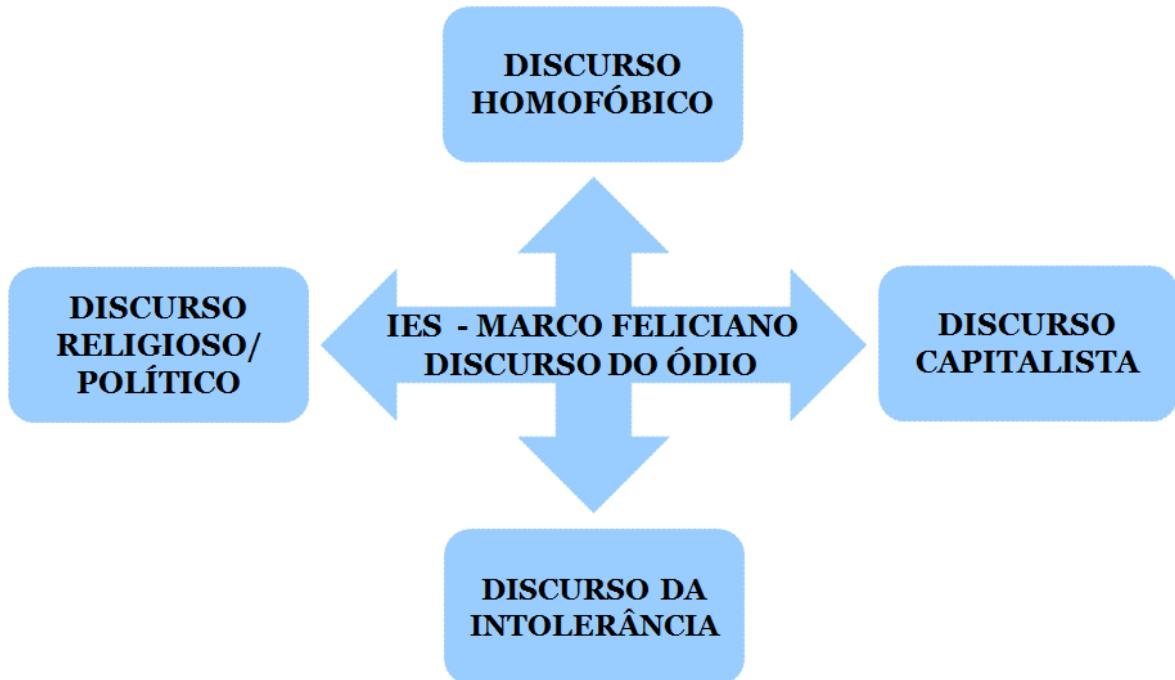


Figura 3 - Constituição discursivo-homofóbica da instância-sujeito Marco Feliciano

São relações interdiscursivas que se aliam através do discurso religioso e se constituem em espaços discursivos e condições específicas de produção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação nos propusemos a investigar, explicitar, analisar e discutir as relações discursivas em que a IES Marco Feliciano se inscreve. Partimos da hipótese de que os dizeres da instância-sujeito (re)significam na mídia, de modo a fazer com que a inscrição homofóbica dos dizeres do sujeito se transformem/revistam ora em uma inscrição no discurso político, ora em uma inscrição no discurso religioso.

Tomamos como arcabouço teórico as noções de sujeito, formação discursiva, formações imaginárias, interdiscurso partindo da premissa de que o sujeito é ideológico e que seu lugar social determina o sentido de seu dizer. Nossa proposta de análise era visualizar o discurso homofóbico atravessando os dizeres da IES. Para tal, utilizamos SDs de modo a determinar essa regularidade no *corpus*. Nesse sentido, percebemos que a IES analisada, ao se inscrever no discurso político em um dado momento, e no discurso religioso em outro, assume um lugar social de prestígio – pastor e presidente da CDHM –, passando a ocupar um lugar social de poder.

Percebemos também que os dizeres da IES se inscrevem na contradição de uma denegação da homofobia. Além disso, as inscrições discursivas em que a IES se coloca são homofóbicas, políticas/ religiosas, capitalistas e da intolerância.

Ao realizar as análises, percebemos que se torna latente falar, refletir e discutir sobre a homofobia porque esse discurso não é apenas cultural, mas sim imoral e criminoso, porque o discurso homofóbico se traveste de discurso de ódio, e esse discurso é percebido a todo momento nos noticiários dos jornais, crimes de ódio contra homossexuais, crianças, mulheres, idosos, então, falar sobre a homofobia na sociedade brasileira é uma contribuição para uma tentativa da extinção do discurso de ódio. Nesse contexto, a luta contra a homofobia é importante porque vivemos no país que mais mata homossexuais exatamente devido a esse preconceito que é secular. Falar sobre a homofobia é jogar luz numa questão séria que é pouco discutida, e, quando é, é sempre levada para um lado obscuro do pior que há nas religiões.

Em vez de pregarem o amor e o respeito pelas diferenças, o que podemos perceber nos dizeres da IES analisada, e, consequentemente, na maioria das igrejas, é uma afronta aos direitos humanos, uma animalidade primária que nos faz aproximar mais da Idade Média, faz-nos retroagir e nos tornar menos humanos. Falar sobre as diferenças é quebrar os paradigmas dos preconceitos e, assim, defender o direito à vida, independentemente das características

sexuais que o ser humano tenha, porque algo de cunho tão íntimo não deve ser condenável e a postura do julgamento deve ser sempre banida.

Entendemos que se é através da formação discursiva que o sujeito regula seus dizeres, podemos entender que a linguagem é a própria luta de classes, que se trava entre o discurso (político/religioso) da IES Marco Feliciano e o discurso social (representado pela sociedade/minorias). Luta que se trava entre o capitalismo (personificado pela Igreja do Avivamento, na qual a IES ocupa o lugar social de pastor), em oposição ao socialismo (personificado pelas minorias que ele persegue).

Notadamente, o tema proposto não se finda nesta pesquisa. Ao contrário, este trabalho, por meio da linguagem, traz à discussão o discurso homofóbico, e faz-nos compreender quão importante é não o deixá-lo oculto. Nesses termos, a presente pesquisa não tem a pretensão de se encerrar neste estudo, mas de deixar aberto o viés para investigações subsequentes.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de estado**. Trad. Walter José Evangelista e Maria Laura Viveros de Castro. 2^a ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
- BORILLO, D. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Trad. Guilherme João de Freitas. 1. ed. 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- BOVKALOVSKI, E. C.; MAGALHÃES, M. D. B. Os pentecostais: entre a fé e a política. *Revista Brasileira de História*, v. 22, nº 43, p. 85-105, 2002. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882002000100006>
- CASTRO, E. **Psicanálise e linguagem**. São Paulo, Ática, Série Princípios, 1986.
- CHAUI, M. S. **O que é ideologia?** 2 ed. ver. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- COURTINE, J. Os deslizamentos do espetáculo político. In: GREGOLIN, M.R.V. **Discurso e mídia**: a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003.
- DIP, A. Disponível em <<http://apublica.org/2015/10/os-pastores-do-congresso/>> Acesso em 15 de nov de 2015.
- DIVERSAS intolerâncias de Marco Feliciano e seu envolvimento com o crime. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=BwRDQnkYDAs>>. Acesso em 09 dez 2014.
- FERNANDES, C. A.; SANTOS, J. B. C. (Org.). **Análise do discurso: unidade e dispersão**. Uberlândia: Entremeios, 2004.
- FRANÇA, T. M. A Folha Universal e o signo “dízimo”: atravessamentos interdiscursivos. In: FRANÇA, T. M.; STAFUZZA, G. B.; GAMA-KHALIL, M. M. (Org.). **Análise do Discurso: Sujeito e Subjetividade**. Uberlândia: EDUFU, 2008. p. 832-839.
- FREUD, S. **Obras completas de Sigmund Freud**: edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996. Volumes XIV e XIX.
- GALINDO, F. **O fenômeno das seitas fundamentalistas**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- GUILHERME DE CASTRO, M. F. **Competência oral-enunciativa em língua estrangeira (inglês)**: fronteiras e limites. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica: São Paulo, 2008.
- INDURSKY, F. **Polêmica e denegação**: dois funcionamentos discursivos da negação. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 19, jul/dez, Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- INDURSKY, F. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

PASTOR Marco Feliciano pede senha do cartão de crédito de fiel. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=rs5BjMxTmMM>>. Acesso em 09 dez 2014.

PÊCHEUX, M. **Remontons de Foucault à Spinoza**, texte d'une communication à um congrès sur les idéologie. Université de Mexico, 1977. (mineo.)

_____, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Trad. Eni Pulccinelli Orlandi. 2 ed. Campinas, SP: Pontes, 1997.

_____, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Pulccinelli Orlandi [et al]. 2 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995/2009.

_____, M. (Prefácio) O estranho espelho da análise do discurso. In: COURTINE, J.J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Paulo: Edufscar, 2009.

_____, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise & HAK, Tony. (Org.) **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução Bethânia S. Mariani [et al]. 5 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

PEÑA-ALFARO, Alex Antonio. **Estratégias discursivas de persuasão em um discurso religioso neopentecostal**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 2. ed. rev. e aum. Campinas, SP: Pontes, 1987.

_____, E. P. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. 3 ed. Campinas: Pontes, 2001.

_____, E. P. O discurso religioso. In: Orlandi, Eni P. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 5 ed., Campinas: Pontes, 2009.

QUINET, A. A Psiquiatria e sua ciência nos discursos da contemporaneidade. In: QUINET, Antonio (org.) **Psicanálise e Psiquiatria: controvérsias e convergências**. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2001.

REVISTA PLAYBOY. São Paulo: Abril, nº 467, abril, 2014.

RIOS, R. R. Homofobia na Perspectiva dos Direitos Humanos e no Contexto dos Estudos sobre Preconceito e Discriminação. IN. **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas / Rogério Diniz Junqueira (organizador). – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

SANTOS, J. B. C. Uma reflexão metodológica sobre análise de discursos. In: FERNANDES, C. A.; SANTOS, J.B.C. **Análise do discurso**: análise e dispersão. Uberlândia: Entremeios, 2004.

_____, J. B. C. Entremeios da Análise do Discurso com a Linguística Aplicada. In: FERNANDES, C. A. & SANTOS, J. B. C. (Orgs.) **Percursos da Análise do Discurso no Brasil**. São Carlos: Claraluz, 2007.

_____, J. B. C.. A instância enunciativa sujeitudinal. In: SANTOS, João Bôsco Cabral dos. (Org.) **Sujeito e subjetividade**: discursividades contemporâneas. Uberlândia, EDUFU, 2009.

STURM, I. **Você está chorando ou vendendo lenço? As relações interdiscursivas no discurso sobre o trabalho na administração moderna**: a prática discursiva da VOCÊ SA / Campinas, SP: [s.n.], 2006.

VITAL DA CUNHA, C. **Religião e política**: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre os direitos das mulheres e LGBTs no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.

ANEXOS

ANEXO I

DIVERSAS INTOLERÂNCIAS DE MARCO FELICIANO E SEU ENVOLVIMENTO COM O CRIME

“Menos de 5% dessa nação são promíscuos, onde são homens e mulheres catalogados como afeminados, como gays, lésbicas, travestis, transexuais e pederastas, grave bem isto que estou dizendo: num país onde menos de 5% da população é isso, esses 5% apavoram o país inteiro. Há menos de 60 dias atrás, o Supremo Tribunal Federal do Brasil, onde os homens usam as suas estolas sacerdotais do Ministério da Justiça, assinaram uma lei dizendo que homem e mulher podem viver uma união-estável, parecido com o casamento. A igreja fez só um barulhinho e acuou. Trinta dias atrás, entraram, entraram pelas portas do Superior Tribunal de Justiça a mesma lei, só que dessa vez pedindo a união civil, não teve macho para peitar lá dentro. E, semana passada, foi realizado no país o primeiro casal de gays lésbicas aqui no Rio Grande do Sul, o casamento civil autorizado. Eu sou amigo de várias pessoas, donos de cartório, me disseram que de semana pra cá, se avolumou mais de 10 mil pedidos de casamentos gays nesse país, e sabem por quê? Porque numa nação de 95% de cristãos, esses cristãos só são cristãos de fachada”

Deixa eu me explicar. Primeiro, eu conheço o Deus de pau. Não é o Deus dessa religião morta e fajuta que você está. Se há algum católico entre nós aqui, que eu duvido muito, mas se tiver está em busca de livramento, deixa eu te explicar uma coisa. Primeiro, você não pode sentir aquilo que nós sentimos sem experimentar o Deus que nós servimos. Não pastor, não pastor, mas eu sou carismático. Eu até aprendi falar em línguas, botaram uma fita no rádio e eu decorei. Este avivamento é o avivamento de satanás! Porque o avivamento que provém de Deus, você não precisa ouvir fita para aprender, é o espírito que ensina. É ele quem dá. É ele quem fala. Deixa eu te dizer por que é que você não pode experimentar o mesmo avivamento que eu. Porque o seu Deus não é o mesmo que o meu Deus. Porque o meu Deus exige santidade. Santidade física e santidade de alma. Não adianta dizer para mim que o seu coração é de Deus, mas o seu corpo está entregue à prostituição, à idolatria e a todas as misérias dessa vida. Quem é de Deus honra a Deus até no seu corpo, quem é de Deus (aplausos). Não pastor, meu Deus é igual ao seu, e olha, eu tô até com ele aqui no meu pescoço. Eu vou dizer uma coisa, com todo respeito, o meu Jesus não foi feito pra ser enfeite de pescoço de homossexual, nem de pederasta, nem de lésbica. Meu Jesus não foi feito (andar). Um dia desses eu vi uma moça, eu sou cristã, quer ver? E me mostrou a canela dela, tinha uma correntinha e uma cruzinha assim, amarrada e um jesusinho ali, eu falei: esse não é o meu Deus, porque o meu Jesus não nasceu pra ser enfeite de pescoço, de braço, de perna, nem pra ser enfeite de janela, nem pra ser enfeite de sala, nem pra ser enfeite de tampa de caixão, nem de porta de cemitério, o meu Jesus nasceu para estar no céu, glorificando o seu pai.

Eu estou descontraindo vocês (Deus abençoe). Você crê? Tudo bem, tudo é feito conforme a sua fé, o milagre é feito por vocês, (isso aqui, coloque aqui, pode pôr você mesmo). Oi filhinha, olha aqui, eu falei das crianças, uma menininha veio aqui e entregou R\$4,00 de oferta, faça isso, ensine o seu filho (coloque ali, por favor). Chegou mais um cheque aqui. As pessoas estão trazendo cheque de R\$100,00. Vamos lá, anima-te.

Eu era o pior diabo da minha igreja, eu batia até em criança.

PASTOR MARCO FELICIANO PEDE SENHA DO CARTÃO DE CRÉDITO DE FIEL

Entenda aqui. A maioria das pessoas que estão com a conta no vermelho, não estão porque ofertaram, não estão porque abençoaram a Igreja com o dízimo, porque compraram coisas para si. Se você teve coragem de fazer por si, imagine fazer pelo reino.

Converse com o pessoal, ou faça um depósito.

Mais uma moto que está chegando aqui. Tá doando uma motocicleta aqui.

Esse aqui, é a última vez que eu falo: Samuel de Souza doou o cartão, mas não doou a senha, assim não vale. Depois vai pedir o milagre pra Deus, Deus não vai dar, vai falar que Deus é ruim.

Sim, querido, tá feito, aquele que crê dá um jeito, o irmão disse que mil não tem coragem de fazer, não tem como fazer, mais 500 ele tem, tá feito. Alguém pegue aqui, encaminhe ele pra mim, por favor, tá aqui uma oferta.

Ainda quem creia, o irmão aqui tem cheque mas não tem caneta, alguém tem uma caneta pra emprestar? Aqui, Pode colocar dentro daquela toalha ali.

Isso não te quebra o coração, você vai mesmo ficar com esse dinheiro na sua carteira aí?

Oi querido, pra 90 dias, pronto, aqui, tá o primeiro que acreditou, mas o segundo que acreditou, esses eu queria segurar todos na mão porque eu vou fazer uma oração especial por eles, tá o terceiro, tem o quarto, tem o quinto, o sexto, 100 crentes com talão de cheques, cê não tem coragem de fazer isso? Mil reais, meu irmão.

Se você que tá pela internet não perca a chance, têm pessoas que acreditam e fazem, entra agora on line www.gmuh.com.br, procure lá, como é o link mesmo? Como contribuir e faça pela internet como esse empresário acabou de fazer agora em Belém do Pará. Estamos aqui, pastor, estamos chegando a de mil reais, o senhor tem mais aí? Tem pessoas que acreditam, o povo, tem mais aqui na frente, Glória a Jesus. Chô vê o sobrenome dele, Feliz de Souza, mais um, mais uma irmã. Amém, Pastor, tem gente, mil eu não aguento, mas 500 eu aguento, traga o de 500, você só não pode é perder a bênção. Quem crê dá um jeito. Isso, quem for pré-datar, aqui, pré-data, nós vamos pré-datar, esse aqui que a irmã não pré-datou, já pré-date embaixo, os que não estão pré-datados o senhor já pré-date aqui pra mim.

É 90 dias, já tá aqui, um de agosto, vai dar, 1º de agosto eu acho, Deus é fiel.

Quem crê dá um jeito, pega o número da conta, deixa ali um voto por escrito, vou depositar dia tal. Tem que... Glória a Deus.

Eu estou sentindo Jesus aqui. As lágrimas daquele ancião aqui tocaram meu coração. Tem alguém sentindo Deus aí? Tem mais alguém?

Mais uma pessoa chegou aqui, eu creio no celular, Deus vai fazer, você crê, eu creio.

Eu acho que todo mundo que tem talão de cheque tinha que fazer alguma coisa, vai perder a chance, as coisas são feitas com seriedade. Pastor, eu não posso, não posso 500, eu posso fazer de 100 para daqui 90 dias? Pode. O que não pode é ficar me olhando com essa cara feia, falando: para logo, pastor, para logo. Porque nós temos uma

meta aqui. Temos uma meta e você vai comer do melhor da terra daqui a pouco. Tem alguém querendo doar um computador aqui, pode doar, não veio nenhum carro, eu acho que os carros, doaram só no meio de semana. Todos os carros que te passaram.

Aqui doou uma blazer no valor de 35 mil reais, ontem de manhã. Pastor, mas é difícil, é claro que é. É sacrifício! Por que o senhor está ministrando de novo, pastor? Primeiro eu ministrei a oferta, a oferta você dá de bom grado, e gratidão e emocionado, agora é sacrifício, sacrifício você dá tremendo, é aquela oferta que você dá, dá desarranjo aqui, e fala: ai meu Deus! E tá chegando mais...

ANEXO II

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA À REVISTA PLAYBOY

UMA CONVERSA FRANCA COM O PASTOR EVANGÉLICO E DEPUTADO FEDERAL SOBRE DIREITOS HUMANOS, HOMOSSEXUALIDADE, DILMA ROUSSEF, MARINA SILVA, COCAÍNA, ABORTO, PEDOFILIA E O SEGUNDO LUGAR EM CONCURSO DE IMITADORES DE MICHAEL JACKSON

Em uma madrugada do ano passado, o deputado federal Marco Feliciano (PSC-SP) havia acabado de comer no restaurante paulistano Sujinho, na região da Consolação, quando viu uma mesa com um grupo de homens perto da saída o encarando. Já se preparava para ser xingado quando vieram as palmas “Valeu, pastor, estamos com o senhor!” Eram corintianos agradecidos pelo projeto em defesa dos torcedores do time presos em Oruro, na Bolívia. Na hora ele pensou: “Finalmente, alguém falando bem de mim...”

Natural de Orlândia (SP) sem conhecer bem a capital, o deputado foi parar no Sujinho por sugestão de Talma Bauer, seu chefe de gabinete, um policial civil de 60 anos que também faz às vezes de cozinheiro em Brasília. E aquela foi só mais uma madrugada agitada na vida do deputado entre março e dezembro de 2013, período em que esteve sob os holofotes enquanto presidiu a Comissão dos Direitos Humanos (CDH) da Câmara dos Deputados. Pastor evangélico em seu primeiro mandato, eleito com quase 212 mil votos, Feliciano virou uma estrela em casa. Enquanto ativistas de direitos humanos se revoltaram por ter alguém com o seu perfil na presidência da Comissão, sua base de eleitores conservadores cresceu. Desde então, acostumou-se a receber de tudo: provocações em avião, latinhas de cerveja na cara e até produtos de uma sex shop em seu gabinete. “Alguns eram óbvios, mas outros eu nem sabia para que serviam”, conta rindo.

Nascido há 41 anos no interior de São Paulo em uma família pobre, único fruto de uma relação adúltera, Marco Antônio Feliciano passou fome, trabalhou na roça, foi engraxate e vendeu picolés e sapato na infância. Entre bailes, grupos de break, imitações de Michael Jackson e uma paixão pela cantora Simony, do Balão Mágico, passou a adolescência equilibrando a fé às tentações mundanas. Estabeleceu relações com a Igreja Católica e com a cocaína, nessa ordem até os 16 anos, e entrou na Assembleia de Deus para nunca mais sair. Com formação técnica em contabilidade, é graduado e pós-graduado em teologia no Brasil e nos Estados Unidos. Hoje tem a própria igreja, a Catedral do Avivamento, e é autor de dezenas de livros e DVDs com pregações. Casado há 22 anos com Edileusa, que conheceu na igreja, é pai de Kamilly, de 11 anos, Ketlin, de 12, e Karen, de 18. Animado com a exposição que teve em 2013, fala em ampliar sua base de eleitores, concorrer ao Senado e, em breve, à Presidência.

Marco Feliciano conversou com o editor Jardel Sebba e com o diretor de redação Sérgio Xavier Filho em seu gabinete na Câmara por dois dias seguidos em março. Na primeira sessão, marcou às 14 horas e apareceu às 21h30: havia sido convocado para uma conversa com o governador Geraldo Alckmin, que pediu seu apoio nas eleições desse ano e o chamou de “deputado de sete dígitos” (com potencial para atingir mais de 1 milhão de votos). Quando a conversa terminou, duas horas e meia depois, ficou sem jantar, uma vez que Talma Bauer, cuja especialidade é o frango frito, havia ficado em São Paulo. No dia seguinte, nos atendeu na hora do almoço para mais duas horas de entrevista. Simpático, o deputado se irritou em poucos momentos da conversa, especialmente quando falamos sobre os gastos de seu gabinete e aborto. Questionado sobre por que aceitou dar esta entrevista, respondeu: “A chance de dizer às pessoas que acredito em Cristo na revista PLAYBOY, para mim, é uma coroa”.

Qual é o problema com a união estável entre homossexuais?

Nenhum, nunca tive problema com união estável. O meu grande problema com tudo isso aí é que eu estudo. Se a pessoa estudar, ela chega a denominadores comuns. O controle de natalidade, esse é um pensamento que vem da ONU para cá. Para segurar a população, só existem duas formas: aprovar o aborto, matar a semente, não ter o ônus de nascer mais um ser humano que vai se digladiar por um prato de comida ou um copo de água; ou incentivar o casamento entre pessoas do mesmo sexo, que elas vão ter o bônus do casamento, que é o prazer, e não vão ter filhos. Então, se não nascem filhos e se abortam crianças, o mundo se mantém equilibrado.

É tudo um grande plano para conter a natalidade?

Em outubro passado veio a notificação da ONU: se o Brasil não votasse a lei que criminaliza a homofobia, perderíamos a nossa cadeira na Comissão de Direitos Humanos da ONU. Para que isso? União estável é um

pedaço de papel, o problema não é esse, mas o que esse papel vai dar direito a essas pessoas. Como o direito à adoção de crianças, que sou redondamente contra.

Esse casal não pode ter carinho e compreensão para criar uma criança, mais até que um casal heterossexual?

Esse aí é o discurso mais lindo dos socialistas. O problema é que quem estuda psicologia vai lembrar que Freud disse: tudo o que uma criança vê, ouve e sente, de zero a 7 anos, na primeira fase, e de 7 a 12 anos, será a base da sua estrutura para sempre. Já li 80 livros sobre a homossexualidade, até para poder ir aos debates. Noventa por cento dos psicólogos afirmam: 80,85% dos casos de homossexualidade são decorrentes de abuso sexual na infância. Dez por cento, de problemas de relacionamento. Não sou eu quem está dizendo, é a psicologia. Quando você conversa com eles, e eles têm coragem, vão dizer: eu fui abusado sexualmente.

O senhor cogita a hipótese de que um homem pode ter prazer pelo ânus?

Com certeza, tem homens que têm tara por ânus, sim. Eu não entendo muito dessa área porque nunca fiz, porque parece que quem faz não volta mais. *[Risos]* Deve ser uma coisa tão estranha...

Eventualmente tem gente que pode ter tara na própria mulher enfiar o dedo no ânus...

Tem gente que tem tara por cachorro. É tara. Quando você protege um homem que gosta de sexo com homem, dizendo “tudo bem, você pode desejar isso”, o pedófilo também diz: “Mas se ele só sente desejo de sexo com homem, eu só sinto por criança”. “Eu sinto prazer com uma vaca!” São tendências. Uma vez que você abre uma oportunidade para cá, abre um leque para todas as outras.

Uma coisa é uma relação consensual entre dois adultos, outra bem diferente é uma relação com uma vaca ou uma criança...

O deputado Jean Willys (PSOL-RJ), diante do MEC e de um monte de gente, falou sobre a diversidade sexual na primeira infância, de zero a 7 anos. Vi professores e doutores lá falando assim: “Se o menininho na creche quiser tocar o órgão genital do outro menininho, deixa. Se você impedir o menino aqui, ele vai ter um transtorno psíquico ali”. Aí veio um professor universitário: “Gente, as pessoas têm de entender o pedófilo, ele pode aprender com uma criança e vice-versa, porque a criança tem prazer também, não no limite de um adulto”. Começa a se abrir um leque que, daqui a pouco, não tem mais volta.

A pedofilia é um crime. O senhor considera um homem quem dorme com outro homem equivalente?

Não porque, como você disse, há consenso entre os dois. Para mim, é, no mínimo, mau gosto e, no máximo, imoral.

Mau gosto precisa ser regulado pela Câmara dos Deputados?

Mas não estamos regulando nada aqui. Nós só tratamos de direitos civis. Agora, quando falam de casamento, mostro aonde isso vai dar. Uma criança não tem como se defender. E eles vão poder adotar crianças. Vão poder botar aqui na sala um menininho de 6, 7 aninhos e pôr na cabeça dele que tem dois homens transando no quarto. Isso se eles fizerem dentro do quarto, não sei como vão fazer mais. Luiz Mott (antropólogo baiano, fundador do Grupo Gay da Bahia) já disse que, entre 20 e 40 anos de idade, teve 500 parceiros. Quinhentos parceiros!

O senhor não teme estar generalizando ao associar a promiscuidade ao homossexualismo?

Eu defendo a base da família, que é algo puro e santo, sagrado para mim. Em todas as sociedades, antes da sociedade, antes do Estado, vem a família. Os direitos, as grandes leis nasceram dentro da família. As religiões nasceram dentro da família. E a família, para mim, é homem e mulher e aquilo que gerar disso. Qualquer coisa contrária a isso, para mim, é contrária à própria criação e natureza humana.

O papa esteve no Brasil recentemente. O Deus dele é o mesmo do senhor?

O mesmo, Cristo é um só. Só existe um Deus. As três maiores religiões do mundo comungam desse mesmo pensamento, o islamismo, o cristianismo e o judaísmo. Todos temos a fé embasada na história de Abraão, é o Deus de Abraão.

Quando o papa diz que, se um homem homossexual procura Deus, quem é ele para julgar...

Faço minhas as palavras dele. Nunca julguei ninguém.

Já que o senhor falou em pedofilia, o que acha dos casos na Igreja Católica?

Eu não vejo assim, porque conheço a Igreja Católica. Eu fui coroinha.

Não há pedofilia na Igreja Católica?

Há. Como há em todo lugar.

Há pedofilia em sua Igreja?

Há pedofilia na minha Igreja. Sim, há pedofilia entre os evangélicos, isso é do ser humano. Veja só, a Igreja Católica é uma instituição de 2 mil anos, com 1 bilhão de membros. Tem centenas de milhares de líderes. Quando aparece isso, são casos isolados, e a igreja trata dos assuntos.

Trata de uma forma apropriada?

Não sei, quem sou eu para cuidar da forma como a Igreja doutrina? Nem sei como, mas sei que o problema é tratado. O que quis dizer é que toda vez que a mídia mostra a Igreja Católica, só mostra isso. E toda vez que mostra a Igreja Evangélica, só mostra gente roubando. Isso destrói a imagem da instituição.

O que destrói a imagem da instituição não é o padre pedófilo?

Ele não representa a instituição toda, é um cidadão de carne e osso. É uma pessoa digna de pena, que precisa de ajuda.

De ajuda ou de cadeia?

Cadeia, que seja. Agora massificar e falar: a Igreja Católica é pedófila, você fala muitas vezes e vai virando verdade. Há hoje, no nosso país, uma perseguição ao cristianismo. Exemplo: há dois meses, menino Kaique, de São Paulo, homossexual, foi encontrado morto. A (ministra-chefe da Secretaria de Direitos Humanos) Maria do Rosário fez uma vez uma nota pública e mandou gente para lá, o Jean Wyllys escreveu no Twitter que era culpa da Igreja Evangélica, culpa minha, inclusive. Dias depois, descobriram que o rapaz se suicidou.

Esse menino se suicidou, mas muitos gays são agredidos e assassinados por intolerância sexual. O senhor se sente culpado de alguma forma quando vê um crime desses e pensa que pode ter influenciado o pensamento do criminoso?

De maneira alguma, jamais! Eu assumi a Comissão de Direitos Humanos em março. De dezembro a março, continuou sendo o pessoal do PT. Na gestão anterior à minha, eles iam à tribuna dizer que recebiam mil, 2 mil ligações por dia de crimes de homofobia. Engraçado, de dezembro até o dia em que assumi, não houve uma ligação, e no restante do ano também não. Vão dizer: “Ah, mas era o senhor que estava lá, quem vai fazer uma denúncia?” Mas é a Comissão dos Direitos Humanos.

A que o senhor atribui isso?

Mentiras.

Crimes de homofobia são mentiras?

Não são mentiras, mas são exageros. Num país com mais de 50 mil assassinatos por ano, 2012 teve 270 crimes tidos como de homofobia. Desses, apurados um a um, 70% foram crimes passionais. Crimes cometidos pelo parceiro homossexual. E o restante, crimes tidos como homofóbicos porque morreu um homossexual, mas que não foram elucidados. Existe, sim, gente louca, skinhead, mas eu desafio você a me mostrar um evangélico que bateu num gay. E a comunidade gay quer jogar a culpa na gente.

O senhor comentou o episódio do jantar no restaurante paulistano Sujinho. Tem problemas em se envolver com o público gay?

Muito pelo contrário. Veja só, nos últimos dez anos, eu acho que não teve um político que ficou tão massificado na imprensa como eu. Tentaram me rotular, além da homofobia, com racismo, e isso pesou. Porque uma coisa é você achar que ter um relacionamento homossexual é errado, outra coisa é alguém falar que você tem nojo de uma pessoa por causa da cor da pele dela. Isso me causou ameaças de morte, tive de andar com segurança.

Quem teria ameaçado?

Ameaças anônimas. Ligações dizendo: “olha, carro fura o pneu, principalmente em curva, existe coquetel molotov, avisa que a gente tem o endereço dele, tem foto da casa dele”. Hackeamos alguns IPs, e tinha gente da Malásia, da Indonésia. Quem vai brigar comigo da Indonésia e da Malásia? São revolucionários da internet bancados por cofres públicos. Os meninos que vinham na Comissão todos os dias eram pagos, a casa detectou que alguns eram de gabinetes daqui.

De algum partido específico?

Do PT, do PSOL, do governo. Aqui em Brasília tem escritório que, se você quiser fazer uma manifestação, fecha o contrato na hora. Você paga cem reais por cabeça, paga um lanchinho, eles nem sabem o que estão fazendo ali.

Mas o senhor apoiou a eleição da presidente Dilma. Entrou na política apoiando a candidatura errada?

Quando entrei na política, tínhamos um fator aborto na eleição presidencial no segundo turno. O (candidato do PSDB, José) Serra tinha um histórico de aborto na família e, ao ser questionado, disse que não via como um problema, era uma questão de saúde pública. Tenho medo quando alguém diz que aborto é questão de saúde pública. Aborto é questão de consciência para mim. Do outro lado, a Dilma assinou um documento dizendo que

não ia votar pelo aborto. Fui procurado pelos dois, e ela tinha um documento, por isso a apoiei. Mas se soubesse de política o que sei hoje, teria rido na cara dela e ido com o Serra. O PT não cumpre o que fala.

O que o PT fez com o senhor?

Quando fui eleito presidente da Comissão, veio a ordem de cima para baixo: “Destruam-no politicamente!” Aí falam que o governo nunca se manifestou. Ora, um ministro de Estado fala por quem?

A (ministra da Cultura) Marta Suplicy provavelmente falou por ela mesma quando disse que o senhor era um “tapa na cara dos direitos humanos”...

Ela é madrinha do movimento gay do país, e foi ela quem conseguiu botar quase todo mundo dentro do Congresso Federal de Psicologia, que é tomado pelo movimento homossexual. Mas não foi só a Marta. A Maria do Rosário disse que eu era incompetente. A Marina Silva, que é evangélica entre aspas para mim, disse que era incompetente, que eu não merecia estar na Comissão...

Mas a Marina Silva não defendeu o senhor?

Defendeu nada. Ela tentou. Quando bateram, ela veio com tudo.

Marina Silva representa o povo de Deus?

Não. Porque a Marina é um engodo. A Marina, com aquele jeitinho de cristã, a roupa de crente, coquezinho na cabeça, ela foi muito inteligente. A Assembleia de Deus, que é a minha igreja, a igrejinha do coque, tem 20 milhões de membros. Deles, uns 8 a 9 milhões que votam. E quando apareceu a irmã Marina falando bonito, cristã, evangélica, todo mundo foi junto. Mas você assistiu à última entrevista dela? “Marina, você é creationista?” “Não, não sou creationista. [Rindo] Mas creio que Deus criou o mundo e criou Charles Darwin para dar a sua contribuição”. “Marina, você é a favor do casamento gay?” “Não, eu sou a favor da união civil sem a sacramentação”. Sabemos muito bem que não é esse o problema.

Mas o senhor só descobriu que não concordava com o PT depois que já tinha ajudado a eleger a presidente Dilma?

Quando entrei aqui e vi que não tem diálogo com petista. Dentro do PT há irmãos meus da igreja. Walter Pinheiro (PT-BA) no Senado, um homem ilibado, cristão evangélico. Benedita da Silva (PT-RJ), crente da Assembleia de Deus, da minha igreja! Quando íamos para os embates, nenhum deles ficava conosco. Nossa páis está todo aparelhado hoje. Nossas grandes universidades não estão criando mais pensadores, intelectuais, estão gerando reacionários. Outro dia desci aqui e havia oito meninos de camisa com a cara do Zé Dirceu e bonezinho do Che Guevara. Che matou mais de 700 pessoas com a mão, né? E a turma que bate palmas para ele não sabe que ele matava gays e negros, né?

Dilma pelo menos cumpriu o compromisso do aborto?

Ela não aprovou o aborto, mas a profilaxia da gravidez, que é um eufemismo para o aborto.

Dilma é cristã?

Não sei, nunca estive com ela, a não ser nessa vez, no diretório do PT. Talvez ela nem se lembre.

Ela enganou o senhor a respeito da questão do aborto?

Completamente. Não só ela, o (ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência) Gilberto Carvalho é um religioso, e é mais à esquerda que a esquerda. É outro que engana a gente com facilidade aqui dentro. O problema é que nós temos 33 partidos, cada um quer um pedacinho para si, e a corrupção está desenfreada...

No governo?

Principalmente no governo. Está aí o mensalão, meu Deus, que acabou em pizza! Para um revolucionário não existe lei, cadeia para ele é como se fosse um troféu, então eles estão surfando.

A Dilma nesse caso é uma revolucionária?

Revolucionária, pegou em armas e matou gente.

Ao mesmo tempo, foi torturada...

Sim, mas depois de matar uma pessoa...

Justifica?

Não justifica. Mas ela fez por onde, naquele momento histórico. Para poderem tirar dela o que queriam, usaram a tortura. Tortura não se faz com ninguém, nem com um animal.

Uma mulher estuprada hoje tem, pela lei, direito ao aborto. O senhor acha que não deveria ter?

Sou contra tirar qualquer tipo de vida. Sinto por quem foi estuprada, é um crime hediondo, nojento, mas é tudo fruto da sociedade em que vivemos.

O senhor está condenando uma mulher a conviver com o fruto de uma violência pelo resto da vida?

Digo que o que foi gerado nela é vida. E vida é um dom que só Deus dá e só Deus pode tirar. A vida deve estar protegida desde a sua concepção. Está no artigo quinto da Constituição. Se foi concebida da maneira errada, sinto muito. O estuprador precisa ser punido, mas a criança não tem culpa. As mesmas pessoas que querem o aborto criam leis para proteger o mico-leão-dourado. Vivemos em um país esquisito, onde o macaco vale mais do que uma vida humana.

O senhor enxergou uma oportunidade para se projetar presidindo a Comissão de Direitos Humanos?

Devo a presidência da Comissão ao Jean Wyllys. Em um acordo, o meu partido, o PSC, ficou com a última comissão, a que sobrou. Quando saiu na mídia que a Comissão, reduto do movimento GLBT, vinha para o PSC, o Jean Wyllys disse que só faltava ir para a mão do Feliciano. Há três anos eu brigava com eles aqui por outras questões. Aí o PT, com o (presidente nacional do partido) Rui Falcão, se pronunciou: “O PSC jamais fará isso, nós não vamos deixar”. Aí o meu partido resolveu agir. Eles vão mandar na gente? Eu estava quieto, na minha. O partido, para mostrar que não ficava a reboque dos outros, resolveu bancar meu nome. Por um tempo, depois fraquejou, me propôs uma “saída honrosa”. Aí me dei conta de que, se aceitasse sair daquele jeito, não seria eleito nunca mais nem vereador. Avisei que ia ficar. O partido então decidiu comprar a briga comigo.

O problema não era presidir ou não a Comissão, mas não se eleger deputado depois?

Eu não podia sair como covarde. Não importa o que você crê, político precisa ter posicionamento e postura.

Se Jean Wyllys e Rui Falcão não tivessem “sugerido” o seu nome...

Eu não seria presidente da Comissão. Seria o deputado Zequinha Marinho (PSC-PA). Eu era o último da fila, é o meu primeiro mandato. O marketing da Câmara veio me perguntar quem bolava minhas ações. Ninguém! A gente faz tudo de intuição, eu e o doutor Talma Bauer, um delegado de mais de 60 anos que é meu assessor.

Mas não foi ótima para o senhor essa polêmica toda?

O ganho político foi imenso. Eu vim para cá pelo movimento evangélico, e hoje os católicos me param na rua e me abraçam. Os espíritas estavam aqui numa passeata um dia desses e me chamaram para discursar, 10 mil espíritas. Entrou aqui um babalorixá. O Palácio do Planalto fez uma pesquisa espontânea para a Presidência e eu apareço hoje em quarto lugar, com 6,7%. Hoje eu já começo a sonhar com a Presidência da República.

O senhor fala tanto na família, como foi sua relação com a sua mãe?

Fui criado só pela minha mãe. Via meu pai uma vez por semana, mas fui criado filho único. Minha família vivia abaixo da linha da pobreza, morávamos 12 pessoas em dois cômodos. Meu avô e minha avó tiveram seis filhos; ela morreu, ele desapareceu e os filhos foram doados. Quando minha mãe fez 16 anos, arrumou um emprego fixo, alugou um cômodo e começou a buscar os irmãos. E conseguiu trazer todos eles. Começaram a trabalhar na roça, na lavoura, e ela, como empregada doméstica, conseguiu melhorar e alugou uma casa de dois cômodos, eles começaram a casar e vir morar com a gente.

O seu pai se separou da sua mãe?

Não, minha mãe era a outra da história. Quando ela nasceu, meu pai já era casado e tinha filhos. Tenho um irmão mais velho que minha mãe.

A chamada para a religião aconteceu nesse ambiente?

Aos 6 anos de idade, eu acordava aos domingos escutando o sino da igreja. Até que o sino foi me chamando pelo nome. Só eu acordava, morava a 100 metros da igreja, a paróquia Cristo Rei, católica. Um dia, fui para a igreja sozinho. Na hora em que terminou a missa, não sabia voltar para casa, deu um tumulto, minha mãe chamou a polícia. Até que alguém do bairro viu, as mulheres de igreja não deixaram me bater e falaram: “Ele tem um chamado”. Até que eu comecei a ir à igreja sozinho, com o consentimento dela.

Ela batia no senhor?

Bastante. Eu era peralta. Mas agora vem a parte mais bonita. Eu fiz minha primeira comunhão com 10 anos de idade. E, no dia em que fiz, descobri que a igreja nunca teve sino...

No colégio, o senhor descontava nos colegas?

Sempre apanhei, sempre fui mole. Não sei por que, acho que a minha presença incomodava... Eu passei fome. Com 7 anos, ia para a roça apanhar laranja, algodão, café, trabalhei em corte de cana. Tenho minha caixa de engraxar sapatos até hoje. Só que eu sempre tive queda por religião.

Por que o senhor não seguiu a fé católica?

Porque, com 12 anos, descobri os bailezinhos, a dança. Embora a igreja não proibisse, a missa era domingo de manhã, e eu não conseguia acordar.

E por que voltou para a Igreja Evangélica, e não para a Católica?

Aí é uma parte bonita. Eu tinha 13 anos quando comecei nas drogas. Experimentei cocaína, tinha amigos que faziam isso. Eram amigos ricos, que tinham condições de comprar. Eu era de família pobre, mas sempre fui o centro das atenções, carismático, então eles me levavam junto, eu conquistava as garotas e ganhava como prêmio de consolação. Conheci a cocaína nos bailinhos, no fim dos 12 anos.

Só a cocaína?

Só a cocaína. Eu tentei a maconha, mas engasguei, nunca consegui fumar nem cigarro. Não conseguia tragar. Com cocaína era fácil.

E a sensação?

A sensação é tremenda, né? Se não fosse boa ninguém ia atrás, só que vai destruindo, causando dependência. E eu não tinha estrutura nem dinheiro para manter, estava entrando em colapso. Enxergava coisa que não devia, tinha síndrome do medo.

O senhor pensou em fazer o quê?

Eu não sabia o que fazer, na verdade. Trabalhava numa empresa e era o guarda-mirim de um rapaz que trabalhava na contabilidade. Ele percebeu que eu comecei a ficar triste depois de um tempo. Comecei a emagrecer, a perder a fome... Um dia, no escritório, ele assouviou uma música tão bonita que comecei a chorar, sem entender o motivo. Era um hino de igreja. Ele cantou um pedacinho, é um clássico da música evangélica, chama-se *Deus Está Aqui*. O efeito foi mais forte que o da droga. Ele falou: "Você não quer ir à igreja?" Eu perguntei: "Que igreja, a dos crentes? Aquele povo grita demais..."

A igreja dos crentes era a Assembleia de Deus?

Era a Assembleia de Deus. Não entendi nada do que o pastor pregou. Ele dava uns pulos, aquelas coisas que nunca tinha visto um padre fazer, e me apaixonei por aquilo. Ele fez um apelo: alguém gostaria de render a sua vida a Cristo? "Eu quero". Quando eu dobrei o joelho, tive uma forte emoção e chorei muito. Quando levantei dali, já sabia o que eu queria ser.

O senhor nunca mais cheirou cocaína?

Dos 13 aos 16, fiquei na igreja. Aí fracassei na fé, tive uma recaída. Pensei se não estava perdendo a minha juventude na igreja. Porque na igreja a gente não vai a baile, só fica em casa, igreja e trabalho. Tinha que aguentar o meu pai na época, que chegou a falar para mim: "Preferia ver você chegando em casa bêbado do que chegando da igreja". Ser crente era uma vergonha.

Como foi sua primeira vez?

Rapaz, não queria entrar nesse assunto...

Mas é uma pergunta clássica de PLAYBOY...

[Risos] Foi aos 17 anos, com uma mulher bem mais experiente que eu, uma senhora divorciada.

Então posso concluir que o senhor não casou virgem.

Não casei.

Houve uma descoberta do seu corpo em algum sentido?

Eu lembro que foi quase violento. Uma mulher experiente, eu um cidadão sem experiência nenhuma, foi quase traumático. [Risos]

Foi durante essa recaída?

Sim, vacilei e caí numa época de Carnaval. Voltei às drogas, voltei para os amigos. A moçada fez uma festa: "Ele voltou para nós!" E me deram cocaína de presente. O que fiquei limpo em quatro anos, me afoguei em uma semana. Aí que conheci essa senhora.

Ela cheirava também?

Também. Isso foi aos 17 anos. Fiquei nisso oito meses, mas foram oito meses intensos. Um dia, cheguei de um baile umas 6 da manhã, dopado, drogado, me joguei na cama 6h30, às 6h45 bateram na janela do meu quarto com uma música. As igrejas faziam serenatas. Era um grupo da igreja liderado por uma irmã de Uberlândia, a Orivalda. Quando soube que eu havia saído da igreja, ela veio à minha cidade, pregou na igreja no sábado à noite e veio fazer uma serenata na minha casa domingo de manhã.

E conseguiu levá-lo de volta?

Ela nos acordou. Quando olhei para o pessoal, comecei a chorar, e Orivalda falou: "Esse não é o seu mundo, você tem uma vocação divina, ainda vai ser pastor". Ela me levou de volta à igreja, e eu nunca mais saí.

O senhor bebia também?

Bebia muito. Aprendi com meu avô, que era alcoólatra. Deitado na cama, ele só mexia o braço para pegar a garrafa do lado. Ele chegava ao ponto de urinar na cama.

Bebia o quê?

Cerveja, conhaque. Nunca gostei de pinga. Hoje não bebo mais nada.

Aos 13 anos, o senhor devia estar com os hormônios à flor da pele, não?

Sim, estava me descobrindo homem, me descobrindo um ser viril. Mas fiquei um menino puro, não conheci sexo até os 17 anos.

O senhor era muito tentado?

Não, na nossa época era diferente. No meio do mato, quando dávamos um selinho na menina já era a conquista máxima. A nossa turma só gostava da dança. A gente tinha um grupo chamado The Boys Break. Tinha uniforme, luva, tudo. Dançava break.

O senhor dançava bem?

Rapaz, modestamente, sim. Cheguei a dar show. Tinha circo na cidade, show de Michael Jackson, cheguei a ganhar prêmio.

Melhor imitação do Michael Jackson?

Fiquei em segundo lugar, era o Michael Jackson branco. Na época, o cabelo era crespo, a gente passava limão nele para ficar mais enrolado ainda.

Como dançarino, fazia sucesso com as mulheres?

Sempre chamei a atenção, não pela beleza, mas pela simpatia.

O senhor se masturbava antes da primeira relação?

[Risos] Me descobri viril aos 17 anos, a primeira relação, mas não lembro dessa coisa, não...

Quando um casal constituído faz sexo, vale tudo, até o ménage à trois?

Dentro do casamento, o que é feito por duas pessoas com o consentimento e com desejo não tem problema. Mas terceira pessoa extrapola o limite daquilo que é cristão e bíblico.

A Igreja Católica condena o sexo que é feito para reprodução. O senhor também é contra o sexo recreativo?

Não, sou contra o sexo pelo sexo, o “ficar” de hoje em dia.

O senhor e sua esposa podem fazer sexo sem a finalidade reprodutiva, então?

E a gente faz muito! Fizemos quatro filhos. Sexo é um presente de Deus para o homem, não serve só à procriação. Tenho minha esposa como grande amante depois de 23 anos de casado!

Alguma fiel mais ousada já chegou se oferecendo?

Chegou uma carta em casa mais ou menos assim: “Foram bons momentos em que estivemos juntos. Sentir o seu perfume foi algo tremendo. Sentir seu abraço, então... Por favor, não demore, volte logo”. E com o telefone dela. Minha mulher perguntou o que era aquilo. Respondi que não sabia, sou uma pessoa que abraça todo mundo, beija todo mundo. Minha mulher ligou para ela e perguntou que história era aquela. A mulher respondeu que, no fim do culto, me deu um abraço, sentiu o perfume, tirou uma foto e pediu que voltasse ao templo. Só isso.

Essa senhora estava dando mole, não?

Com certeza, mas a capitã botou logo o freio, na hora. [Risos]

É aflitivo ser pai de três mulheres? O senhor gostaria de ter um homem?

É uma bênção. Mas, entre Kerlin e Karen, tivemos um menino, que faleceu no oitavo mês de gravidez. Iaviro Kamerco. Ele teria 17 anos hoje. Minha mulher teve sangramento, fez ultrassom e o líquido da placenta tinha sumido. Não tem explicação. Perdemos o bebê por falta de atendimento. Foram três horas na filha do SUS no Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto. Nesse período o bebê morreu. Ficou o trauma. A morte do meu filho foi uma das experiências que ajudou a me projetar no mundo evangélico como pastor. Deus me deu um sermão que se tornou um dos meus Best-sellers, mais de 1,5 milhão de DVDs, chamado o Sonho de José. Fala que o sonho de Deus é maior do que o nosso, e que o que a gente não consegue entender, é obrigado a aceitar.

Foi um chamado que o senhor recebeu?

A gente diz entre os evangélicos que os mais belos hinos são escritos em tribulação. Eu tinha dois caminhos. Ou me desesperava e abandonava tudo ou buscava explicação. E qual se dá a um pai que perde um filho? Um pai não enterra um filho, o natural é o contrário. Aí as pessoas se decepcionam com Deus. Eu quase perdi a fé.

O senhor em algum momento achou que isso pode ter sido uma punição?

Eu não, mas a minha igreja, sim. A Igreja Evangélica de 20 anos atrás tinha esse pensamento. Era a lógica de que quem não obedece uma lei é punido por ela. Na minha igreja, a mulher não raspava as pernas, não cortava cabelo, não tinha uma televisão. Algumas pessoas da igreja chegaram a nos questionar se ela ou eu tínhamos cometido algum erro.

Erro seria adultério?

Adultério, ou não ter aceitado algum chamado. Isso me magoou muito. A oração que me ajudou a passar por isso veio de um livrinho de São Francisco de Assis. “Deus, me ajude a suportar aquilo que não consigo entender”. A oração virou um DVD que ajudou muita gente que passava por situações parecidas. Foi a grande alavancada da minha vida.

De alguma forma esse tratamento recebido pela sua igreja o estimulou a abrir um novo ministério?

Não. O que mudou a minha forma de ver o mundo foram as viagens que fiz. Entendi que existiam culturas diferentes. O que era pregado como dogma de fé não era um dogma. Quando cheguei a uma igreja em Angola, muito pobre, e vi um grupo de mulheres carecas, foi um choque para mim. Um assembleiano sabe que a mulher tinha que ter o cabelo crescido. O pastor de lá me explicou: tinha dado um surto de piolho e cinco ou seis irmãs tiveram que raspar o cabelo. As outras, sentindo que as carecas se sentiam humilhadas, rasparam também. Um ato de amor. Eu até me emocione quando falo disso. [Olhos avermelhados] Quando volto ao Brasil, percebo o choque cultural. Como falar para um universitário que ele não pode assistir televisão? Para uma médica que ela não pode colocar um brinco? Tudo isso era cultura da igreja.

A Igreja estava velha?

Não, tudo precisa ser respeitado, só que a Igreja também precisa passar por transformações. Eu saí em paz e abri um ministério na minha região, onde há a liberdade de se fazer o que quiser. Não sou dono deles, sou um orientador espiritual, ensino na Igreja. O que eles fazem na rua, na escola e no trabalho é de foro íntimo. A Igreja mais antiga queria doutrinar a pessoa. Pensei: será que não dá para ser assembleiano e moderno sem ser mundano? Na minha época, quantas meninas perderam o emprego por que precisavam colocar calça comprida? Fui um dos primeiros a colocar uma pulseira. Nenhum homem ou mulher na Igreja podia usar adornos. Fui um revolucionário.

O que de mais fantástico o senhor já viu em um culto? Já viu alguém ressuscitar?

Ao vivo, não, mas ouvi o relato. Pastor João de Oliveira, ele veio ao meu culto, tirou do bolso um atestado de óbito, assinado por três médicos, e a foto dele no caixão. O pastor João Colenda, de Pindamonhangaba, se ajoelhou diante do caixão e orou por quase quatro horas. E o velho voltou à vida.

O senhor já curou?

Não tenho o dom. Mas a cura se manifesta porque Cristo cura. Como explicar a fé? Ela é mística, alguns alcançam, outros não. Orei pelo meu filho morto e ele não ressuscitou.

Como vão as contas de suas igrejas?

Tenho 12 igrejas fundadas. Tem gastos, aluguel, salário de pastor. Oferta e dizima quem quer, não é obrigado. Eu sustento com os meus rendimentos a maioria das minhas igrejas.

Com o salário de deputado?

Tenho 18 livros e mais de 400 temas em DVD, cerca de 3 ou 4 milhões vendidos. Não vivo só disso. Sou pregador itinerante. Como palestrante, recebo cachês. Só a minha igreja, a Assembleia de Deus, tem 160 mil templos.

Uma das coisas mais comentadas a seu respeito ano passado foi o cabelo. O senhor é um homem vaidoso?

Gosto de me cuidar. Gosto de arrumar meu cabelo, que não era muito bom, ainda não está bom, até hoje. Gosto de um terno bom, uma gravata boa.

O que tem em seu nécessaire de viagem?

Tenho um perfume que eu uso há 16 anos, nunca troquei, um gel, um spray de cabelo que acertas as pontas, o trivial. Um creme de rosto que minha esposa me deu para deixar a pele ficar oleosa, e que eu não lembro o nome.

Esse relógio, esse anel e essa pulseira são todos de ouro?

O relógio Monblanc tem pulseira de ouro. O anel eu ganhei quando me formei nos Estados Unidos. A pulseira ganhei do pastor Antônio, está aqui o nome dele atrás. São presentes. Sou um homem de vida simples. Tenho duas caixas com 62 relógios, não comprei nenhum.

O senhor já cometeu alguma extravagância financeira?

Quando construí minha casa, fiz um cinema. Um cinema meu. Tem 14 poltronas, uma tela de 120 polegadas. Amo filme de ação, ficção e drama. Minha videoteca tem uns 4 mil filmes. Mais do que os filmes em si, gosto dos atores. Um pregador e um político é também um grande ator. Gosto do Al Pacino, Robert de Niro, Mel Gibson.

O senhor já viu filmes que foram acusados de heresia, como Le Vous Salve, Marie (1985)?

Ia ofender minha alma. O livro de Salmos diz para não colocar diante dos olhos coisas más.

Então por que o senhor clicou em um vídeo do grupo Porta dos Fundos, vídeo que o fez processar o grupo por desrespeito?

Eu não cliquei.

Então o senhor está processando o Porta dos Fundos por um vídeo que não viu?

Meus assessores viram, eu confio muito neles.